

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

2025

FORTALEZA, ABRIL DE 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Eduardo Fontenelle Barros

Presidente do Conselho de Administração

Deborah Vanessa Ribeiro Barbosa Câmara

Presidente Substituta do Conselho de Administração

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

Felipe Bomfim Ferreira

Marta Maria Menezes de Souza

Ricardo Santana Parente Soares

Ticiania da Mota Gentil Parente

Membros do Conselho de Administração

CONSELHO FISCAL

Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Presidente do Conselho Fiscal

Alexandre Sobreira Cialdini

Lana Aguiar de Araújo

Luís Fernando Simões da Silva

Luiz Roberto Andrade de Araújo Filho

Membros do Conselho

DIRETORIA EXECUTIVA

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

Presidente

Karinny Custódio de Melo

Diretora de Gestão e Finanças

Danilo Reis de Vasconcelos

Diretor Técnico

Pablo de Mello e Silva de Carvalho

Diretor Comercial

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Edésio Cardoso Filho

Gerente de Contabilidade

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA.....	7
3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	7
3.2. OBJETO SOCIAL E COMPETÊNCIAS.....	7
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	8
4.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE TIC.....	9
4.2. MARCO REGULATÓRIO.....	10
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	11
5.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	11
5.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE, ÉTICA E CONFORMIDADE.....	13
6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	14
6.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS.....	15
6.2. AUDITORIA INTERNA.....	15
7. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	16
8. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	19
8.1. SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS IMPLEMENTADAS.....	20
9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	24
9.1. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	24
9.2. ARRECADAÇÃO, VALORES A RECEBER E INADIMPLÊNCIA.....	28
9.3. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	30
10. INVESTIMENTOS.....	32
11. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ESG.....	32
12. GESTÃO DE PESSOAS.....	35
13. PERSPECTIVAS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS.....	37
ANEXOS.....	39

ETICE



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
CASA CIVIL

I – UNIDADES ORGANIZACIONAIS.....	39
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	41
III – NOTAS EXPLICATIVAS.....	45
IV – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	72
V – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA.....	76
VI – PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	77

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório da Administração referente ao exercício de 2025 apresenta os principais resultados e iniciativas desenvolvidas pela Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e demais normativos aplicáveis às empresas públicas.

O documento contempla o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 e apresenta, de forma estruturada, aspectos relacionados à identidade institucional, governança corporativa, gestão de riscos e controles internos, desempenho operacional, tecnologia e inovação, gestão de pessoas, responsabilidade socioambiental e desempenho econômico-financeiro.

As informações econômico-financeiras constantes neste relatório foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as diretrizes de governança corporativa aplicáveis ao setor público.

Seu objetivo é evidenciar a atuação da ETICE na promoção da transformação digital do Estado do Ceará, destacando sua contribuição para a modernização da gestão pública, a ampliação do acesso a serviços digitais e a geração de valor para a sociedade.

Além de constituir instrumento de prestação de contas, o relatório reafirma o compromisso da Empresa com a transparência, a integridade e a divulgação qualificada de informações, fortalecendo o relacionamento com os órgãos de controle, parceiros institucionais e a sociedade.

2. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

**Empresa de
Tecnologia da
Informação
do Ceará**



O exercício de 2025 representou um período de expansão continuada das atividades da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), reafirmando sua atuação como agente estratégico na transformação digital do Governo do Estado do Ceará.

Nesse contexto, a ETICE ampliou a provisão de infraestrutura e soluções tecnológicas, com avanços relevantes na oferta de serviços em nuvem, na integração de sistemas governamentais, no fortalecimento da segurança da informação e na evolução do Cinturão Digital do Ceará (CDC), ativo essencial à conectividade e à digitalização dos serviços públicos.

A atuação institucional da Empresa permanece diretamente associada à viabilização de políticas públicas em áreas essenciais, como segurança, saúde, educação e cidadania, contribuindo para a modernização da administração pública, a ampliação do acesso a serviços digitais e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão.

Sob a perspectiva econômico-financeira, a Empresa apresentou desempenho expressivo, com receita de serviços, que exclui as receitas de transferências do Estado, de aproximadamente R\$ 500 milhões, sustentando um crescimento de 64% em relação ao ano de 2024, e resultado líquido após impostos de R\$ 39,5 milhões. Esses resultados evidenciam não apenas a expansão das operações, mas também o potencial da ETICE para avançar em direção à sua independência financeira em relação ao seu acionista controlador.

Ainda em 2025, a ETICE promoveu uma reestruturação administrativa voltada ao fortalecimento da governança e ao aumento da eficiência operacional, em consonância com as diretrizes da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

O desempenho alcançado reflete o comprometimento dos colaboradores, gestores e parceiros institucionais, cuja atuação integrada tem sido fundamental para o fortalecimento da ETICE e para o avanço da agenda de transformação digital no Estado.

Para os próximos exercícios, a Empresa seguirá orientada pela inovação, pela expansão da infraestrutura digital, pelo aprimoramento da segurança da informação e pela melhoria contínua dos serviços, reafirmando seu papel como agente de geração de valor público e como elemento essencial ao desenvolvimento digital do Ceará.

3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE) é uma empresa pública estadual, vinculada à Casa Civil do Estado do Ceará, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que atua no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), desempenhando papel estratégico na transformação digital da Administração Pública Estadual.

Instituída pela Lei nº 13.006, de 24 de março de 2000, com alterações posteriores inscrita no CNPJ sob o n.º 03.773.788/0001-67, a Empresa rege-se por seu Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, pela Lei nº 6.404/1976, pela Lei nº 13.303/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016, além das demais normas legais aplicáveis às empresas públicas.

Participação Societária

O capital social da ETICE é integralmente detido pelo Estado do Ceará, que atua como seu único acionista controlador.

CONTROLADOR	PARTICIPAÇÃO SOBRE O CAPITAL
Estado do Ceará	100%

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão – Prover soluções tecnológicas que impulsionem inovação, modernização e transformação digital, visando à eficiência da gestão pública e a melhoria dos serviços ao cidadão.

Visão – Ser reconhecida nacionalmente até 2030, como empresa de excelência em soluções tecnológicas, que promovam a inovação e a transformação digital de forma sustentável, acessível e segura.

Valores – Transparência, Ética, Comprometimento, Inovação, Credibilidade, Integração, Reconhecimento, Respeito e Empatia.

3.2. OBJETO SOCIAL E COMPETÊNCIAS

A ETICE tem por objeto social desenvolver, implantar, operar e gerir soluções de tecnologia da informação e comunicação, abrangendo infraestrutura tecnológica, serviços digitais, conectividade,

segurança da informação, computação em nuvem e soluções corporativas voltadas ao atendimento das demandas do setor público estadual. Atua, ainda, no assessoramento técnico, consultoria especializada e apoio à gestão pública em TIC.

Sua atuação consiste em oferecer infraestrutura tecnológica e serviços especializados que possibilitam a implementação de políticas públicas, apoiando, essencialmente, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na modernização da gestão, na transformação digital e na prestação eficiente de serviços à população por meio de canais digitais.

A Empresa é responsável pela operação e gestão do Cinturão Digital do Ceará (CDC), rede de infraestrutura óptica que permite a prestação de serviços de comunicação de dados e conexão à internet a órgãos públicos, bem como, soluções em nuvem computacional nas modalidades de IaaS (Infraestrutura como Serviço), PaaS (Plataforma como Serviço) e SaaS (Software como Serviço), videomonitoramento, Voice over IP e sistemas de radiocomunicação digital.

A ETICE possui uma carteira com 112 clientes, dentre eles órgãos e entidades que compõem a administração pública estadual e municipal dos estados Ceará, Maranhão, Pará, São Paulo, Roraima e Rio Grande do Norte, bem como do Distrito Federal, gerando assim, impactos relevantes em áreas como saúde, educação e segurança pública, com reflexos significativamente positivos aos cidadãos.

Os serviços prestados pela ETICE são considerados essenciais à Administração Pública Estadual, sobretudo, no que se refere à garantia da segurança da informação, à integridade e disponibilidade dos dados governamentais e à continuidade dos serviços públicos digitais, e nesse contexto, a Empresa posiciona-se como agente estruturante da governança digital do Estado do Ceará.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O ambiente em que a ETICE está inserida caracteriza-se por:

- Constante evolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs);
- Acelerada transformação digital do setor público;
- Aumento da demanda por serviços digitais acessíveis e eficientes;
- Crescente necessidade de proteção de dados e segurança cibernética;
- Pressão por maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Nesse cenário, a ETICE reafirma seu compromisso com a inovação contínua, a excelência operacional e a geração de valor público, consolidando-se como elemento fundamental para a modernização do Estado do Ceará e para o fortalecimento da cidadania digital.

4.1. CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE TIC

No exercício de 2025, a economia brasileira manteve trajetória de crescimento, ainda que em ritmo moderado. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão de 2,3% no ano, marcando o quinto ano consecutivo de crescimento econômico. Em valores correntes, o PIB nacional alcançou R\$ 12,7 trilhões, enquanto o PIB per capita atingiu R\$ 59.687, representando crescimento real de 1,9% em relação ao exercício anterior.

Apesar do resultado positivo, o ambiente macroeconômico foi caracterizado por desafios relevantes. A política monetária permaneceu restritiva ao longo do período, com a taxa básica de juros (Selic) mantida em patamares elevados, em torno de 15% ao ano, como instrumento de controle inflacionário. A inflação apresentou trajetória de desaceleração, encerrando o exercício abaixo do limite superior da meta estabelecida.

No mercado de trabalho, observou-se redução da taxa de desemprego para níveis historicamente baixos, ainda que acompanhada por sinais de desaceleração e aumento da informalidade. No campo fiscal, persistiram incertezas quanto ao cumprimento das metas de resultado primário, impactando a percepção de risco e o ambiente de investimentos.

Sob a ótica da produção, o crescimento econômico foi sustentado principalmente pela agropecuária, com expansão expressiva, enquanto os setores de serviços e indústria apresentaram desempenho mais moderado.

No âmbito regional, o Estado do Ceará apresentou desempenho positivo em 2025. O PIB cearense atingiu crescimento de 2,87%, conforme evidenciado nos dados do Produto Interno Bruto estadual constantes no relatório “PIB Trimestral do Ceará – 4º Trimestre e Ano de 2025”, elaborado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e divulgado em 24 de março de 2026.

A partir do relatório supracitado, observou-se a manutenção da trajetória de crescimento da atividade econômica, com destaque para o dinamismo do setor de serviços e para a contribuição das atividades comerciais e industriais.

Adicionalmente, os dados demonstraram a evolução consistente do PIB estadual e do PIB per capita, refletindo o fortalecimento da economia local e o impacto das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e à modernização da gestão pública.

No tocante ao setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) o Brasil apresentou, em 2025, desempenho superior ao da economia como um todo, consolidando-se como um dos principais vetores de crescimento e modernização produtiva.

Estima-se que o setor tenha movimentado aproximadamente R\$ 355 bilhões, com taxas de crescimento variando entre 6,5% e 20%, impulsionadas principalmente pela aceleração da transformação digital e pela crescente adoção de tecnologias baseadas em dados e inteligência artificial.

Destacam-se os avanços em automação de processos, análise de dados e integração de soluções digitais, com impacto direto na eficiência operacional de organizações públicas e privadas. A incorporação de tecnologias emergentes, especialmente inteligência artificial e soluções em nuvem, tornou-se elemento central na geração de valor e na melhoria da prestação de serviços.

No setor público, a agenda de governo digital manteve-se como prioridade estratégica, com foco na ampliação da oferta de serviços digitais ao cidadão, interoperabilidade entre sistemas e aumento da eficiência administrativa. Nesse cenário, empresas públicas de TIC, como a ETICE, desempenham papel fundamental na viabilização de políticas públicas digitais e na sustentação da infraestrutura tecnológica do Estado.

Por outro lado, o setor também enfrentou desafios estruturais relevantes, como a elevada taxa de juros, que impacta investimentos, e o déficit de mão de obra qualificada, especialmente em áreas como segurança da informação, ciência de dados e inteligência artificial.

Diante desse cenário, observa-se que o ambiente de TIC permanece altamente dinâmico e competitivo, exigindo das organizações constante atualização tecnológica, fortalecimento da governança e capacidade de adaptação às novas demandas digitais

4.2. MARCO REGULATÓRIO

No âmbito regulatório, a atuação da ETICE está alinhada às normas e diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), especialmente no que se refere à prestação de serviços de telecomunicações.

A ETICE é detentora de outorga para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), conforme Ato nº 484/2010, vigente desde 2010, o que a habilita a prover infraestrutura e serviços de conectividade de dados no Estado do Ceará.

Nesse contexto, a ETICE é responsável pela gestão e operação do Cinturão Digital do Ceará (CDC), infraestrutura estratégica de telecomunicações que viabiliza a oferta de serviços de conectividade a órgãos públicos e à população. A atuação da Empresa observa, portanto, os requisitos regulatórios aplicáveis ao SCM, incluindo padrões de qualidade, continuidade e segurança dos serviços prestados.

A conformidade com o marco regulatório setorial reforça a segurança jurídica das operações, a confiabilidade da infraestrutura gerida e o compromisso institucional com a prestação eficiente de serviços públicos digitais.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2025, a ETICE promoveu a atualização de seus instrumentos normativos internos, com a aprovação de novo Estatuto Social e de novo Regimento Interno, visando ao aprimoramento da governança corporativa, ao fortalecimento dos mecanismos de conformidade e à adequação às melhores práticas aplicáveis às empresas estatais, em consonância com a Lei nº 13.303/2016.

O Estatuto Social da ETICE, publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de novembro de 2025, ratificou e fortaleceu a estrutura de governança corporativa da Empresa, consolidando diretrizes voltadas à transparência, à eficiência administrativa e à segurança jurídica dos processos decisórios, em alinhamento às diretrizes do Governo do Estado do Ceará e aos princípios de integridade e accountability.

5.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da ETICE é composta pelos seguintes órgãos:

Assembleia Geral (ASSEM) – constitui-se o órgão máximo de deliberação da Empresa, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto social e adotar as resoluções que julgar necessárias à sua defesa e desenvolvimento, observadas as diretrizes do Governo do Estado do Ceará. Rege-se pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, competindo-lhe, dentre outras atribuições, alterar o capital social e o estatuto social, bem como eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos órgãos de governança.

Conselho de Administração (CONSAD) – formado por 7 (sete) membros, é o órgão de deliberação estratégica responsável por estabelecer as diretrizes gerais da Empresa e supervisionar a atuação da Diretoria Executiva. Possui natureza deliberativa e orientadora, exercendo papel central na governança e no alinhamento institucional da ETICE.

Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) – vinculado ao Conselho de Administração e com funcionamento permanente, tem como atribuição assessorar aquele colegiado no exercício de suas funções de fiscalização, especialmente no que se refere à qualidade das demonstrações contábeis, à efetividade dos sistemas de controle interno e à atuação das auditorias interna e independente.

Conselho Fiscal (CONFIS) – composto por 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, com funcionamento permanente, é o órgão responsável pela fiscalização dos atos de gestão, atuando com independência na análise das demonstrações econômico-financeiras e das prestações de contas anuais, com vistas à proteção dos interesses da ETICE e à mitigação de riscos.

Comitê de Elegibilidade (CELEG) – formado por 3 (três) empregados públicos designados pela Diretoria Executiva, tem por finalidade auxiliar os órgãos competentes na verificação da conformidade dos

processos de indicação e avaliação de administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem percepção de remuneração adicional.

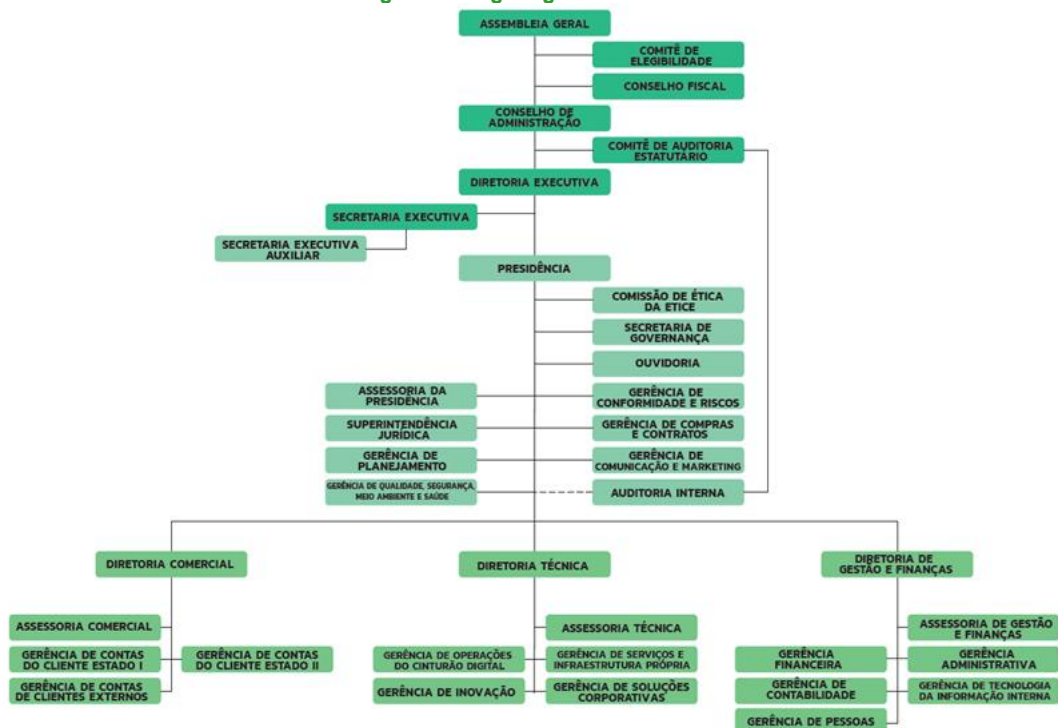
Diretoria Executiva (DIREXE) – composta pelo Diretor-Presidente e por 3 (três) diretores, é responsável pela gestão dos negócios da Empresa, competindo-lhe implementar as diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho de Administração, bem como estabelecer normas, planos e programas necessários à execução das atividades da ETICE.

Organograma

A atual estrutura organizacional decorre das alterações promovidas pela Lei nº 19.530, de 17 de novembro de 2025, que modificou a Lei nº 18.539/2023, conferindo nova configuração à organização institucional conforme o Regimento Interno da ETICE.

A estrutura adotada reflete a adequada segregação de funções, proporcionando maior clareza na definição de responsabilidades, incremento da eficiência gerencial e fortalecimento dos mecanismos de governança corporativa e de controle interno, em consonância com as melhores práticas aplicáveis às empresas estatais.

Figura 1 - Organograma da ETICE



Fonte: Site Institucional.

5.2. GESTÃO DE INTEGRIDADE, ÉTICA E CONFORMIDADE

A ETICE adota um modelo de governança corporativa alinhado às disposições da Lei nº 13.303/2016 e às boas práticas aplicáveis às empresas estatais, com foco na transparência, integridade, gestão de riscos e *accountability*.

Os agentes Governança Corporativa da ETICE são norteados por 6 (seis) princípios básicos:

- **Transparência** – disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à criação de valor;
- **Equidade** – caracteriza-se pelo tratamento justo de todos que fazem parte da empresa e demais partes interessadas (stakeholders). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis;
- **Prestação de Contas (*accountability*)** – os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões;
- **Responsabilidade Corporativa** – os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade da empresa, visando à sua longevidade;
- **Conformidade (*Compliance*)** – os agentes de governança devem buscar a conformidade com legislações, políticas internas e requisitos de auditorias;
- **Ética** – conjunto de normas morais pelas quais os agentes da governança devem orientar seu comportamento profissional, primando pela honestidade, lealdade, alto nível de rendimento, respeito à dignidade humana, sigilo profissional, observação das normas administrativas da empresa.

A ETICE mantém um conjunto estruturado de políticas, normativos e instrumentos de gestão, que orientam a atuação de seus dirigentes e colaboradores, fortalecendo os mecanismos de controle interno e a conformidade institucional.

No âmbito das políticas corporativas, destacam-se aquelas voltadas à promoção da ética, integridade e gestão eficiente, dentre as quais: Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio, Política de Conflito de Interesses, Política de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais, Programa de Integridade, Política de Gestão de Pessoas, Política de Prevenção e Combate à Fraude e Corrupção, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Gestão de Riscos, Política de Distribuição de Dividendos, Política de Divulgação de Informações e Política de Porta-vozes.

A ETICE também assegura a transparência e a prestação de contas por meio da elaboração e divulgação periódica de relatórios institucionais e de governança, dentre os quais se destacam os Relatórios Integrados, Relatórios de Gestão, o Planejamento Estratégico, as Cartas Anuais de Políticas Públicas e Governança Corporativa, bem como instrumentos orientadores como o Código de Conduta Ética e Integridade e sua respectiva cartilha. Adicionalmente, participa de avaliações externas, como o Índice ABEP-TIC e o relatório IOSPD, que contribuem para o aprimoramento contínuo de suas práticas em TIC.

No que se refere aos documentos normativos e instrumentos de gestão, a Empresa dispõe de regimentos internos que disciplinam o funcionamento de seus órgãos de governança, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Comitê de Elegibilidade, além de normativos específicos como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, que orientam a atuação institucional e a execução das estratégias corporativas.

Esse arcabouço normativo e institucional, encontra-se disponível para consulta pública no sítio eletrônico da ETICE, na seção de Governança Corporativa, especificamente nas abas “Políticas” e “Relatórios”, em consonância com os princípios de transparência e publicidade que regem a Administração Pública.

6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Na ETICE, a Gestão de Riscos, Conformidade e Proteção de Dados é consolidada como um pilar estratégico de governança, essencial para assegurar a resiliência operacional, a continuidade dos serviços e a integridade dos ativos de informação sob sua custódia. Dada a relevância de sua atuação para o Governo do Estado do Ceará, a Empresa monitora e mitiga riscos estratégicos e corporativos de forma sistemática, garantindo o estrito cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018 (LGPD) em todos os seus processos de tratamento de informações sensíveis.

O Sistema de Controle Interno da ETICE estrutura-se no Modelo de Três Linhas (IIA-2020 *The Institute of Internal Auditors*), assegurando a segregação de funções e a autonomia necessária para um monitoramento contínuo e eficaz. Esse modelo permite a implementação de ações preventivas e corretivas alinhadas às melhores práticas globais de governança pública e conformidade. Adicionalmente, a estrutura de controle atende rigorosamente aos preceitos dos Arts. 74 da Constituição Federal e 68 da Constituição Estadual, bem como ao Art. 9º da Lei nº 13.303/2016, reafirmando o compromisso da ETICE com a transparência e a segurança institucional.

- 1ª Linha** – Todas as unidades com função de gerenciar os riscos e controles internos;
- 2ª Linha** – Gerência de Conformidade e Riscos (GECORI);
- 3ª Linha** – Auditoria Interna (AUDIN).

6.1. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A ETICE instituiu sua Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 2024, com o objetivo de fortalecer a governança corporativa e os mecanismos de controle interno, em alinhamento às diretrizes do Poder Executivo Estadual e às melhores práticas de gestão.

A política estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades para o gerenciamento de riscos, adotando abordagem integrada aos processos organizacionais e às decisões estratégicas, com foco na identificação, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo dos riscos que possam impactar o alcance dos objetivos institucionais.

Sua implementação envolve todos os níveis da organização – estratégico, tático e operacional – promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos, a melhoria contínua dos processos e o fortalecimento da capacidade da Empresa de prevenir, mitigar e responder a eventos adversos.

Nesse contexto, a Política de Gestão de Riscos atua de forma complementar às atividades de auditoria interna e aos controles internos, contribuindo para o aprimoramento da governança, a conformidade normativa e a maior confiabilidade das informações e processos, reforçando a transparência e a segurança na tomada de decisão.

6.2. AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o Estatuto Social da ETICE, a Auditoria Interna, está vinculada administrativamente à Presidência e, no âmbito organizacional, ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

Compete à unidade avaliar a adequação e a eficácia dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança, bem como a confiabilidade dos processos relacionados à geração de informações contábeis e gerenciais, de modo a contribuir para a adequada elaboração das demonstrações financeiras e para o fortalecimento da governança corporativa.

No período, foi elaborado o primeiro Plano Anual de Auditoria Interna da ETICE (PAINT), contemplando as atividades previstas para os meses de novembro e dezembro de 2025 e para o exercício de 2026. O plano foi estruturado com base em riscos, considerando critérios de materialidade, criticidade e relevância, e possui caráter dinâmico, permitindo ajustes tempestivos em resposta a mudanças no ambiente organizacional. O PAINT foi devidamente aprovado pelo CAE e pelo Conselho de Administração.

Dentre as principais ações desenvolvidas no período, destacam-se:

- Realização de estudos e benchmarking voltados à estruturação e implementação da área de Auditoria Interna da ETICE;

- Capacitação da equipe em temas relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à cibersegurança, fortalecendo a atuação preventiva em riscos tecnológicos;
- Participação no 67º Fórum Permanente de Controle Interno;
- Participação na IV Reunião da Rede de Auditoria Interna do Poder Executivo Estadual;
- Elaboração de plano para implementação da gestão de riscos de segurança da informação no Data Center, com base em diagnóstico preliminar realizado;
- Elaboração do Plano de Auditoria Interna 2025–2026, fundamentado nas diretrizes e iniciativas estratégicas da ETICE para o período de 2026 a 2030, bem como em contribuições das diretorias, assessorias e gerências;
- Realização de auditoria no Data Center, com levantamento preliminar de informações para avaliação da conformidade com normas técnicas e melhores práticas relacionadas à segurança da informação, à continuidade de negócios e à recuperação de desastres.

As iniciativas desenvolvidas no período evidenciam o processo de estruturação da função de Auditoria Interna na ETICE, com atuação orientada a riscos e alinhada às melhores práticas de governança, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle, transparência e integridade institucional.

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional da ETICE em 2025 foi marcado pela consolidação de infraestruturas críticas para o Estado, pelo avanço da transformação digital e pelo fortalecimento das ações voltadas à segurança cibernética.

Esse movimento foi potencializado por uma reestruturação da área finalística, que passou a atuar de forma mais integrada e alinhada às diretrizes estratégicas do Governo do Estado. A nova configuração organizacional contribuiu para o fortalecimento da capacidade de coordenação, maior eficiência operacional e ampliação da entrega de soluções tecnológicas.

A atuação técnica concentrou-se no fortalecimento da infraestrutura de conectividade, na expansão das soluções em nuvem e no aprimoramento da governança de segurança da informação, consolidando avanços relevantes na agenda de transformação digital.

Fortalecimento da Infraestrutura Digital

No campo da conectividade, destacou-se a gestão e a expansão do Cinturão Digital do Ceará (CDC). Em 2025, foram instalados 56 km de fibra ótica, elevando a extensão total do equipamento para aproximadamente 5.953 km, consolidando-se como um dos principais ativos estratégicos de infraestrutura tecnológica do Estado.

A elevada capilaridade da rede permitiu ampliar a oferta de conectividade de alta capacidade para órgãos públicos, escolas, unidades de saúde, equipamentos de segurança e espaços de acesso público, assegurando maior disponibilidade, resiliência e continuidade aos serviços digitais governamentais. No que diz respeito à disponibilidade, o CDC esteve em 99,94 % do tempo disponível para nossos clientes no ano de 2025.

O Estado do Ceará, composto por 184 municípios, conta atualmente com aproximadamente 139 municípios integrados à infraestrutura do CDC, enquanto 137 municípios já dispõem de acesso gratuito à internet em espaços públicos, evidenciando o alcance social e territorial das iniciativas conduzidas pela Empresa.

A atuação da ETICE materializa-se como instrumento estruturante de política pública, com impactos diretos e relevantes, dentre os quais se destacam:

- Ampliação da oferta de serviços públicos digitais;
- Melhoria da conectividade entre órgãos estaduais;
- Redução de custos com telecomunicações;
- Ampliação do acesso à internet nos municípios, com benefício direto ao cidadão;
- Estímulo ao crescimento econômico por meio do uso de tecnologias disponibilizadas;
- Fortalecimento da educação digital e do ensino a distância;
- Suporte à transformação digital dos municípios;
- Estímulo à inovação, ao empreendedorismo e à economia digital;
- Aumento da eficiência administrativa e racionalização de custos no setor público.
- Infraestrutura de Data Center e Serviços em Nuvem

Figura 2 - Mapa do CDC



Fonte: Site Institucional.

Fonte: Site Institucional.

No exercício de 2025, a ETICE consolidou sua atuação como principal provedora de infraestrutura e soluções tecnológicas para o Governo do Estado do Ceará, ampliando significativamente seu portfólio de serviços e sua capacidade operacional.

A ETICE fortaleceu seu modelo de negócios baseado em parcerias com provedores globais de tecnologia, permitindo ao setor público acesso ágil e escalável a soluções de:

- Computação em nuvem;
- Armazenamento e processamento de dados;
- Plataformas digitais integradas;
- Serviços de comunicação e conectividade.

No âmbito da infraestrutura crítica, destacou-se também a instalação de um relógio atômico de precisão no Data Center da ETICE, marco relevante para o fortalecimento da infraestrutura digital do Estado e para a consolidação de Fortaleza como ambiente de crescente relevância no ecossistema tecnológico.

Segurança da Informação e Cibersegurança

Diante da crescente complexidade do ambiente digital e do aumento dos riscos associados a ataques cibernéticos, a segurança da informação foi tratada como eixo central da atuação da ETICE em 2025.

Nesse contexto, as principais iniciativas desenvolvidas envolveram:

- Fortalecimento dos controles de proteção de dados e gestão de riscos;
- Evolução da governança de segurança da informação;
- Estruturação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI);
- Início do processo de certificação na norma ISO/IEC 27001;
- Aprimoramento dos mecanismos de confiabilidade, integridade e disponibilidade da informação.

Ainda em 2025, a ETICE promoveu a estruturação técnica e operacional das bases necessárias à implantação do *Security Operations Center* (SOC), iniciativa estratégica voltada ao monitoramento, à detecção e à resposta a incidentes cibernéticos, com foco na proteção da rede do CDC e na continuidade dos serviços essenciais.

No âmbito da integração governamental, registraram-se avanços relevantes na interoperabilidade entre órgãos.

8. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Em 2025, a ETICE intensificou a implementação e a expansão de soluções tecnológicas voltadas à modernização da gestão pública e à melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

Destacam-se, nesse campo, as seguintes entregas estruturantes:

- Expansão de plataformas digitais governamentais;
- Crescimento da oferta de serviços online e automatizados;
- Apoio à digitalização de processos administrativos;
- Ampliação do uso de soluções em nuvem;
- Integração de plataformas governamentais e compartilhamento de dados entre órgãos;
- Automação de processos internos, com redução de tempo de resposta e custos operacionais.

No campo da transformação digital, a atuação da ETICE teve reflexos diretos na ampliação do acesso do cidadão a serviços públicos digitais, com destaque para:

- Matrícula digital e digitalização de serviços educacionais;
- Emissão de documentos digitais;
- Integração de sistemas governamentais;
- Suporte à evolução do Governo Digital no Ceará.

Essas iniciativas contribuíram para o aprimoramento da experiência do cidadão, para o aumento da eficiência administrativa e para o fortalecimento da interoperabilidade entre órgãos e entidades da administração pública estadual.

Inovação e Valor Público

As iniciativas implementadas ao longo do exercício contribuíram para o avanço do Estado do Ceará no Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais (IOSPD), no qual o Estado foi reconhecido como finalista na categoria de maior variação nominal, em avaliação promovida pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de TIC (ABEP-TIC).

Destaca-se, ainda, o fortalecimento da atuação institucional da ETICE no âmbito da ABEP-TIC, ampliando a representatividade do Estado no cenário nacional de tecnologia da informação e comunicação.

As iniciativas conduzidas em 2025 refletem não apenas a ampliação da capacidade técnica e operacional, mas, sobretudo, a geração de valor público, por meio da melhoria dos serviços, da promoção da inclusão digital e do fortalecimento institucional. Assim, a evolução observada em 2025 evidencia que a ETICE se encontra em processo consistente de consolidação como:

- Hub digital do Governo do Estado do Ceará;

- Integradora de soluções tecnológicas para o setor público;
- Agente estruturante da transformação digital estadual;
- Referência em infraestrutura digital, segurança da informação e serviços públicos digitais.

Ao articular tecnologia, conectividade, dados, segurança e inovação, a ETICE contribui de forma decisiva para a modernização da administração pública, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e para o fortalecimento da eficiência e da segurança institucional do Estado.

8.1. SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS IMPLEMENTADAS

No exercício de 2025, a ETICE consolidou seu papel como agente estratégico da transformação digital do Estado do Ceará, por meio da implementação e evolução de soluções tecnológicas voltadas à melhoria dos serviços públicos e à geração de valor para a sociedade.

As iniciativas desenvolvidas contemplam diversas áreas de atuação governamental, incluindo segurança pública, saúde, educação, assistência social, turismo e cidadania, evidenciando a transversalidade da tecnologia como instrumento de eficiência, inovação e inclusão.

Nesse contexto, as soluções implementadas destacam-se pela utilização de tecnologias, como computação em nuvem, biometria, conectividade de alta capacidade e sistemas inteligentes de gestão, proporcionando maior agilidade, integração entre órgãos e melhoria na experiência do cidadão.

A seguir, são apresentadas as principais soluções e tecnologias implementadas no período.

Meu celular

O programa Meu Celular é uma solução para a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), com tecnologia da ETICE, que permite o cadastro de aparelhos e o bloqueio/alerta em casos de roubo, furto ou perda, auxiliando na recuperação dos equipamentos pelas forças de segurança.

O programa consolidou-se, em 2025, como um dos principais pilares estratégicos do Governo do Ceará na mitigação de crimes patrimoniais. Naquele ano, a iniciativa viabilizou uma redução de 21,1% nos roubos de aparelhos e a recuperação de mais de 11.600 dispositivos, dos quais 10.500 foram restituídos aos proprietários. O impacto foi imediato: logo no primeiro trimestre de 2025, houve uma queda de 27% nas ocorrências em relação ao período anterior, evidenciando a eficácia da ferramenta nos 184 municípios do estado. Tais indicadores reforçam o sucesso da integração tecnológica no combate aos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP).

Estádio Seguro

A tecnologia de reconhecimento facial integra o programa Estádio Seguro, iniciativa do Governo do Ceará com participação da Secretaria do Esporte do Ceará (SESPORTE) e tecnologia disponibilizada pela ETICE, que tem como objetivo modernizar o acesso aos estádios por meio de biometria facial e sistemas de monitoramento.

A solução permite identificar torcedores, controlar entradas e localizar suspeitos em tempo real, aumentando a segurança e a eficiência das operações. Na Arena Castelão, o sistema já conta com mais de 627 mil cadastros e possibilitou a prisão de suspeitos em eventos, sendo parte de uma estratégia mais ampla que inclui câmeras, conectividade e integração entre órgãos de segurança.

Radiocomunicação

A Rede Integrada de Radiocomunicação do Ceará é uma iniciativa coordenada pela SSPDS, com tecnologia e equipamentos fornecidos pela da ETICE, que tem como objetivo garantir comunicação rápida, segura e integrada entre as forças de segurança - Polícias Militar, Civil e Penal, Bombeiros e Perícia Forense. O sistema conta com mais de 10.400 rádios digitais com criptografia, operação 24 horas e integração com aplicações móveis, permitindo atuação mais eficiente em ocorrências, redução do tempo de resposta e melhor coordenação das equipes, beneficiando diretamente a população com mais agilidade no atendimento e aumento da sensação de segurança.

A rede sustenta uma operação de alta performance com cerca de 7 milhões de chamadas por mês, mantendo uma média impressionante de aproximadamente 233 mil chamadas por dia. Toda essa comunicação ocorre de ponta a ponta, sem interrupções, garantindo agilidade total, segurança criptografada e monitoramento preciso.

Samu 360

O app Samu 360 é uma solução da Secretaria da Saúde (SESA), com tecnologia da ETICE, que moderniza a comunicação entre a Central de Regulação e as equipes do Samu, enviando ocorrências em tempo real e otimizando o despacho de viaturas. A ferramenta reduz o tempo de resposta e aumenta a eficiência no atendimento de urgência, beneficiando diretamente a população. Já implantado em 12 municípios, o sistema opera em 166 veículos e proporcionou redução de cerca de 12% no tempo entre o chamado e a chegada da equipe ao local.

Regulação de Leitos

A Regulação de Leitos no Ceará é uma solução digital viabilizada pela ETICE para a SESA, que tem como objetivo organizar e otimizar o encaminhamento de pacientes no SUS, definindo o local e o

momento mais adequados para atendimento conforme a gravidade e necessidade clínica. Por meio de uma plataforma em nuvem, utilizada por hospitais, UPAs, policlínicas e centrais de regulação, o sistema analisa dados médicos e direciona os pacientes para unidades com disponibilidade e perfil adequado, tornando o processo mais ágil, transparente e eficiente.

Carteira de Identidade Digital

A Carteira de Identidade Nacional (CIN) no Ceará é um serviço de identificação civil coordenado pela Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), com solução fornecida pela ETICE, que tem como objetivo emitir um documento único, seguro e integrado nacionalmente para identificação do cidadão. A CIN utiliza dados biométricos e base digital unificada, reduzindo fraudes, facilitando o acesso a serviços públicos e fortalecendo a cidadania, ao garantir maior confiabilidade na identificação da população. O serviço beneficia diretamente os cidadãos ao simplificar a emissão de documentos, ampliar a segurança dos dados e permitir integração com sistemas digitais do governo.

Desde o início da emissão do novo modelo, em janeiro de 2024, já foram emitidos cerca de 1,9 milhão de documentos no Ceará, com mais de 1.053.740 emissões registradas apenas em 2025.

Matrícula Online

O app Matrícula Online SEDUC-CE é uma solução digital da Secretaria da Educação (SEDUC), com tecnologia da ETICE, que permite a realização de matrículas online na rede estadual, especialmente nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEPs), de forma rápida e acessível. A ferramenta reduz filas e facilita o acesso à educação pública, beneficiando estudantes e responsáveis. O app atende 23 Escolas de Educação Profissional em Tempo Integral, 105 escolas regulares de tempo integral e 30 escolas regulares de tempo parcial.

Programa Wi-Fi nas escolas

A conectividade em escolas públicas via Cinturão Digital do Ceará (CDC) é uma iniciativa da ETICE em apoio à SEDUC, que fornece internet de alta velocidade e Wi-Fi para ampliar o acesso a recursos digitais no ensino. A solução promove inclusão digital e melhora o processo educacional em toda a rede estadual.

Atualmente, 803 escolas são atendidas pelo CDC, sendo 285 com fibra óptica própria e 518 por meio de parceiros, incluindo 2 unidades quilombolas conectadas com links de 50 Mbps, como as escolas de Horizonte e Croatá.

Ceará Sem Fome

A conectividade nas cozinhas do programa Ceará Sem Fome é uma iniciativa do Governo do Ceará, com solução da ETICE, que tem como objetivo implantar acesso à internet para otimizar a comunicação e a gestão das unidades do programa.

A solução busca aumentar a eficiência operacional e melhorar o atendimento aos beneficiários, contribuindo para a segurança alimentar. O programa Ceará Sem Fome já alcançou a marca de 70 milhões de refeições servidas, e a conectividade visa ampliar a qualidade e o alcance dessas ações.

Sistema de Agendamento – Bondinho de Ubajara

O sistema de agendamento do Bondinho de Ubajara é uma solução digital adotada pela Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR), com tecnologia da ETICE, que permite aos visitantes reservar horários online conforme a capacidade das viagens, organizando o fluxo turístico e melhorando a experiência.

A iniciativa otimiza a logística, reduz filas e amplia o acesso ao equipamento. O bondinho possui duas cabines com capacidade para 7 passageiros cada e realiza percurso de 550 metros, com agendamento vinculado à doação de 3 kg de alimentos para o programa Ceará Sem Fome.

Sistema de Agendamento – Cidade Mais Infância

A plataforma de agendamento da Cidade Mais Infância é uma solução digital viabilizada pela ETICE, em apoio à gestão da Secretaria da Proteção Social (SPS), que permite o agendamento online de visitas ao equipamento, organizando o fluxo de público e melhorando a experiência dos usuários.

A ferramenta garante mais eficiência na gestão e comodidade para as famílias, contribuindo para o acesso a atividades educativas e de cidadania. Desde sua implantação, já viabilizou mais de 210 mil visitas, com média de cerca de 500 pessoas por dia.

Pesquisa de Satisfação dos Serviços de TIC

As soluções tecnológicas implementadas contribuíram para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, com impactos diretos na experiência dos usuários e na eficiência operacional da ETICE. Os resultados dessas iniciativas podem ser observados na percepção dos gestores atendidos, mensurada por meio da Pesquisa de Satisfação, apresentada a seguir.

A Pesquisa de Satisfação 2025.1 foi realizada por meio de formulário eletrônico, com participação voluntária de gestores atendidos pela ETICE, refletindo a percepção dos usuários dos serviços de TIC. A iniciativa integra a estratégia de aprimoramento contínuo, com foco na escuta ativa e na melhoria dos serviços.

Em relação a 2024, observou-se evolução significativa nos indicadores. O índice de satisfação passou de 75,9% para 94,3%, enquanto o Net Promoter Score (NPS) evoluiu de 8 para 33, evidenciando aumento do nível de recomendação e da confiança dos usuários.

Os resultados demonstram avanço na percepção do aumento da qualidade dos serviços prestados e maior aderência às necessidades dos gestores. A pesquisa contou com a participação de 88 clientes.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da ETICE no exercício de 2025 é apresentado a seguir por meio de dados que contemplam a evolução das receitas, custos, despesas e resultado, bem como o comportamento da arrecadação, dos valores a receber e dos níveis de inadimplência. Complementarmente, são evidenciadas análises vertical e horizontal das demonstrações financeiras, além de indicadores de rentabilidade, desempenho operacional, liquidez e estrutura de capital, proporcionando uma visão abrangente da Empresa e de sua capacidade de geração de resultados e sustentabilidade.

9.1. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receita

Em 2025, a ETICE apresentou Receita Bruta de R\$ 548,9 milhões, representando crescimento de aproximadamente 55% em relação ao exercício anterior, que foi do montante de R\$ 354, 2 milhões.

A receita da empresa é composta por receitas de serviços prestados (receita operacional) e por receitas oriundas de transferências do Estado do Ceará.

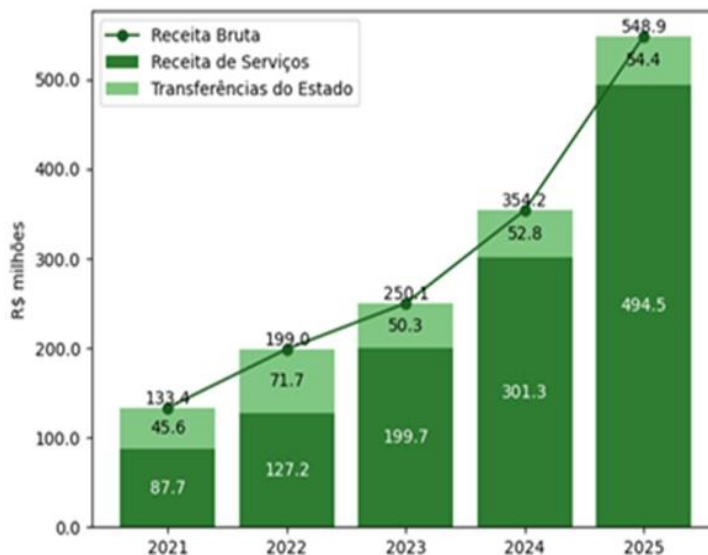
A Receita Operacional Bruta atingiu R\$ 494,5 milhões em 2025, evidenciando trajetória consistente de crescimento ao longo dos últimos anos. Em comparação com 2024, quando totalizou R\$ 301,4 milhões, observa-se aumento de 64%, refletindo a ampliação das operações e o fortalecimento das soluções tecnológicas ofertadas ao setor público.

No que se refere às transferências do Estado, destinadas principalmente ao custeio de pessoal e encargos, o montante alcançou R\$ 54,5 milhões em 2025, frente a R\$ 52,8 milhões em 2024, correspondendo a crescimento de aproximadamente 3%.

Ressalta-se que tal variação se manteve abaixo da inflação do período e dos reajustes salariais, indicando estabilidade relativa dessa fonte de receita.

O gráfico apresenta a evolução da Receita da ETICE no período de 2021 a 2025, demonstrando tendência contínua de crescimento e consolidação institucional.

Gráfico 1 - Evolução das Receitas



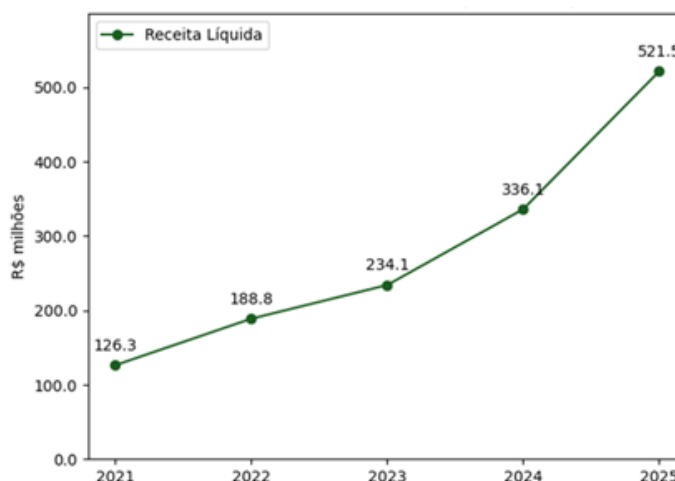
Fonte: DIGEFI.

Receita Líquida

A Receita Líquida da ETICE também apresentou trajetória consistente de crescimento no período de 2021 a 2025, alcançando, em 2025, o montante de R\$ 521,5 milhões, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Observa-se que a receita líquida evoluiu de R\$ 126,3 milhões em 2021 para R\$ 521,5 milhões em 2025, representando um crescimento acumulado expressivo no período. Em relação a 2024, quando a receita atingiu R\$ 336,1 milhões, verificou-se um crescimento de aproximadamente 55,1%, evidenciando forte expansão das operações da Empresa.

Gráfico 2 - Evolução da Receita Líquida



Fonte: DIGEFI.

Esse desempenho foi acompanhado pelo crescimento dos tributos incidentes sobre a receita (deduções da receita), que passaram de R\$ 7,1 milhões em 2021 para R\$ 27,4 milhões em 2025, refletindo o aumento do volume operacional e da base de receitas.

Receita de Serviços

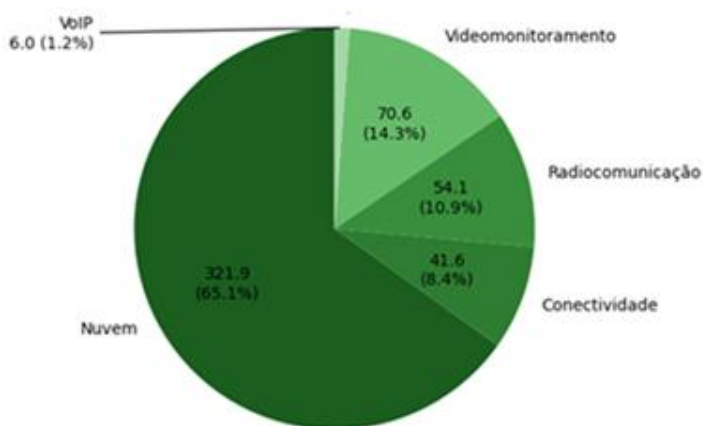
No exercício de 2025, a composição da receita por segmento evidencia a diversificação das fontes de geração de valor da ETICE, com destaque para o avanço das soluções de maior valor agregado.

As receitas provenientes de serviços em nuvem consolidaram-se como principal segmento, representando 65,1% (R\$ 321,9 milhões) da receita de serviços. Esse desempenho reflete a crescente demanda por soluções em ambiente de cloud computing, abrangendo Infraestrutura como Serviço (IaaS), Plataforma como Serviço (PaaS) e Software como Serviço (SaaS), em alinhamento à estratégia de modernização da infraestrutura tecnológica do Estado do Ceará.

Na sequência, os serviços de videomonitoramento responderam por 14,3% (R\$ 70,6 milhões) da receita, ampliando sua atuação para além da segurança pública, enquanto os serviços de radiocomunicação representaram 11,0% (R\$ 54,1 milhões), impactados pela anualização de contratos iniciados em 2024, cujo efeito financeiro foi integralmente refletido em 2025. Ambos mantiveram participação relevante, especialmente em projetos estruturantes voltados à segurança pública e à comunicação institucional.

Os serviços de conectividade, que compreendem o fornecimento de link de dados e acesso à internet, representaram 8,4% (R\$ 41,6 milhões) da receita, mantendo papel essencial na sustentação da infraestrutura tecnológica. Por sua vez, os serviços de Voice over IP (VoIP) corresponderam a 1,2% (R\$ 6 milhões) da receita, configurando a menor participação no período.

Gráfico 3 - Composição da Receita de Serviços (R\$ milhões)



Fonte: DIGEFI.

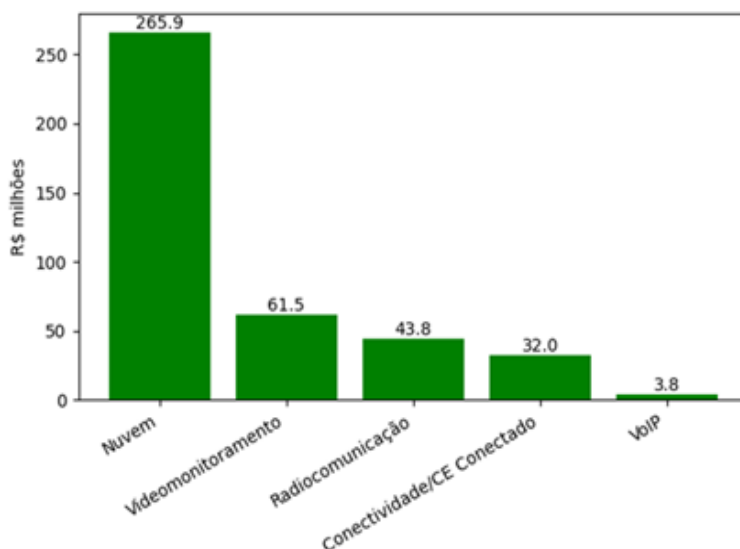
Dessa forma, a composição da receita da ETICE evidencia não apenas o aumento de escala das operações, mas também uma mudança qualitativa do portfólio, com maior participação de serviços de maior valor agregado, especialmente aqueles relacionados à transformação digital.

Custos

Os custos dos serviços prestados pela ETICE totalizaram R\$ 415 milhões no exercício de 2025, em comparação a R\$ 247,3 milhões em 2024, representando crescimento de 68%, em linha com a expansão das operações e o aumento da demanda por soluções de TIC no setor público.

A estrutura de custos da Empresa reflete seu modelo operacional baseado em serviços tecnológicos, sendo composta majoritariamente por contratações de fornecedores especializados em soluções de TIC, necessárias à execução dos serviços, em consonância com o modelo de negócios estabelecido pela Lei nº 16.727/2018 (Lei do Hub), além de custos relacionados à infraestrutura digital, serviços contínuos de conectividade e processamento de dados, e despesas com pessoal alocado nas áreas finalísticas.

Gráfico 4 - Composição dos Custos de Serviços



Fonte: DIGEFI.

Sob a ótica dos serviços de TIC, a composição bruta dos custos em 2025 totalizou R\$ 407 milhões, desconsideradas as deduções e o ICMS sobre entradas, evidenciando a predominância de serviços de maior intensidade tecnológica, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Observa-se que os serviços de nuvem representam a maior parcela dos custos operacionais, totalizando R\$ 265,9 milhões, refletindo o avanço da transformação digital e a crescente demanda por soluções escaláveis e de alta disponibilidade.

Na sequência, destacam-se os custos com videomonitoramento e radiocomunicação, que somaram R\$ 61,5 milhões e R\$ 43,8 milhões, respectivamente. Os custos relacionados à conectividade totalizaram R\$ 32,0 milhões, incluindo despesas com a manutenção do CDC, do Programa Ceará Conectado e dos serviços de fornecimento de link por parceiros, reforçando o papel estratégico da Empresa na ampliação da infraestrutura digital do Estado.

Os custos com serviços de VoIP totalizaram R\$ 3,8 milhões no exercício. Adicionalmente, os custos com pessoal alocado nas áreas finalísticas somaram R\$ 9,1 milhões, compondo a estrutura necessária à prestação dos serviços.

Despesas Operacionais

De forma geral, as despesas da ETICE são compostas por três grandes grupos: despesas com pessoal e encargos, serviços de terceiros e despesas administrativas.

As despesas com pessoal concentram-se na remuneração e nos benefícios dos empregados que atuam em áreas da Empresa não-finalísticas e aqueles cedidos à outras entidades.

Já os serviços de terceiros abrangem contratações necessárias à execução e sustentação das operações, incluindo serviços técnicos especializados, segurança, manutenção e apoio operacional.

Por sua vez, as despesas administrativas compreendem gastos relacionados ao funcionamento da estrutura organizacional, tais como energia elétrica, telecomunicações, transporte, materiais de consumo e depreciação de ativos. Adicionalmente, podem ser observados registros de provisões e recuperações de despesas, que contribuem para a adequada apuração do resultado operacional.

No exercício de 2025, a ETICE registrou despesas operacionais no montante de R\$ 54,6 milhões, representando redução de 2,38% em relação ao exercício anterior, quando totalizaram R\$ 55,9 milhões. Esse desempenho reflete a continuidade das ações voltadas ao aprimoramento da eficiência administrativa.

A estrutura de despesas permanece concentrada em pessoal e encargos, característica inerente ao modelo de atuação da Empresa, intensivo em capital humano especializado. Destacam-se, ainda, os gastos com serviços de terceiros e despesas administrativas necessárias à sustentação das operações.

A redução observada no período evidencia maior disciplina na gestão dos recursos e ganhos de eficiência operacional, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.

9.2. ARRECADAÇÃO, VALORES A RECEBER E INADIMPLÊNCIA

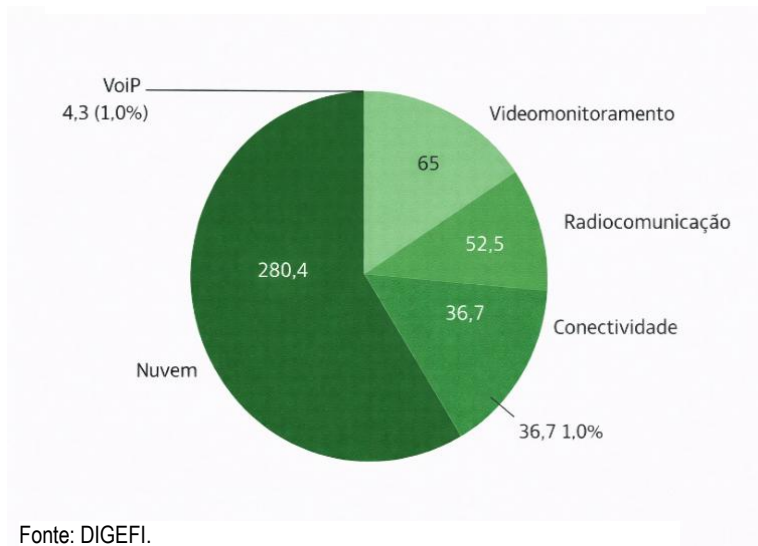
Arrecadação

Em 2025, a ETICE registrou arrecadação total de R\$ 439,1 milhões, oriunda de suas principais linhas de negócio, com destaque para Nuvem (R\$ 280,4 milhões), seguida por Videomonitoramento (R\$ 65 milhões), Radiocomunicação (R\$ 52,5 milhões), Conectividade (R\$ 36,7 milhões) e VoIP (R\$ 4,3 milhões), evidenciando a predominância dos serviços de infraestrutura digital e soluções tecnológicas no portfólio da Empresa.

O gráfico apresenta a distribuição percentual da arrecadação por linha de serviço, demonstrando a elevada representatividade da solução de Nuvem no resultado global, bem como a relevância das demais linhas no suporte à estratégia de diversificação e ampliação da oferta de serviços tecnológicos.

Adicionalmente, foi registrado ressarcimento de benefícios de empregados cedidos a outros poderes no valor de R\$ 321 mil, totalizando R\$ 439,4 milhões no resultado geral, com controle sistemático dos valores relacionados à cessão de pessoal.

Gráfico 5 - Arrecadação por Serviço (R\$ milhões)



Valores a Receber e Inadimplência

Os valores pendentes de recebimento, apresentados na Tabela 1, correspondem aos créditos decorrentes de serviços prestados até 31 dezembro de 2025, totalizando o montante de R\$ 43,9 milhões, já deduzidos os valores de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), conforme registrado nas contas patrimoniais “Clientes” e “Clientes a Faturar”.

O referido montante está segregado entre valores referentes ao exercício de 2025, relativos a serviços prestados no período e ainda não quitados, e valores de exercícios anteriores, correspondentes a créditos remanescentes até dezembro de 2024.

Tabela 1 - Valores a Receber – Composição por Tipo de Serviço

ORIGEM	2025	OUTROS ANOS	TOTAL POR ORIGEM
Nuvem	28.258.497	366.552	28.625.048
Videomonitoramento	6.226.647	-	6.226.647
Conectividade	4.690.185	124.309	4.814.493
Radiocomunicação	4.478.621	-	4.478.621
Voip	1.142.754	292	1.143.046
PCLD	-5.969	-1.372.791	-1.378.759
TOTAL	44.790.735	-881.638	43.909.096

Fonte: DIGEFI.

A tabela a seguir mostra, por tempo de atraso, a composição de valores não adimplidos pelos clientes.

Tabela 2 - Valores não recebidos – Composição por Tempo de Atraso

ATRASO EM DIAS	VALOR	PERÍODO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
Superior a 120	4.104.964	2023 a julho/2025
Igual a 120	977.971	Agosto/2025
Igual 90	1.517.187	Setembro/2025
Igual 60	2.987.319	Outubro/2025
Igual a 30	4.868.761	Novembro/2025
Menor que 30	30.831.653	Dezembro/2025
PCLD	-1.378.759	
TOTAL	43.909.096	

Fonte: DIGEFI.

9.3. INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os indicadores econômico-financeiros da ETICE em 2025 evidenciam a evolução consistente de sua capacidade operacional e de geração de resultados, quando comparada ao exercício de 2024.

Margem Bruta

A margem bruta, que mede a eficiência da Empresa na relação entre receitas e custos diretamente associados à prestação dos serviços, apresentou redução de 26,4% para 20,3%. Esse movimento reflete, sobretudo, o aumento do custo dos serviços prestados.

Margem Operacional

A margem operacional, que representa o resultado das atividades principais após a dedução das despesas operacionais, sofreu uma pequena variação, passando de 9,8% para 9,9%, evidenciando a capacidade da Empresa de absorver o crescimento dos custos sem perda de eficiência na gestão operacional.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), indicador que mensura a geração de caixa operacional da ETICE, totalizou R\$ 53,1 milhões em 2025, frente a R\$ 33,2 milhões em 2024, representando crescimento expressivo. A margem EBITDA evoluiu de 9,9% para 10,2%, indicando melhora na capacidade de geração de caixa das operações.

Margem Líquida

Por fim, a margem líquida, que representa o resultado da Empresa após todos os custos, despesas, resultados financeiros e tributos, apresentou aumento de 7,0% para 7,6%, refletindo o crescimento do lucro líquido e a consolidação da eficiência econômica da ETICE.

Em conjunto, os indicadores demonstram que, apesar da redução da margem bruta decorrente da expansão operacional, a ETICE manteve níveis consistentes de eficiência e ampliou sua capacidade de geração de resultados e caixa, reforçando sua sustentabilidade econômico-financeira e seu papel estratégico na transformação digital do Estado.

De forma geral, os indicadores demonstram que, embora a expansão das operações tenha impactado a estrutura de capital e aumentado a pressão sobre o curto prazo, a ETICE mantém adequada capacidade de solvência e equilíbrio financeiro, sustentada pelo crescimento do capital de giro e pela melhoria na liquidez geral.

Resultado do Exercício

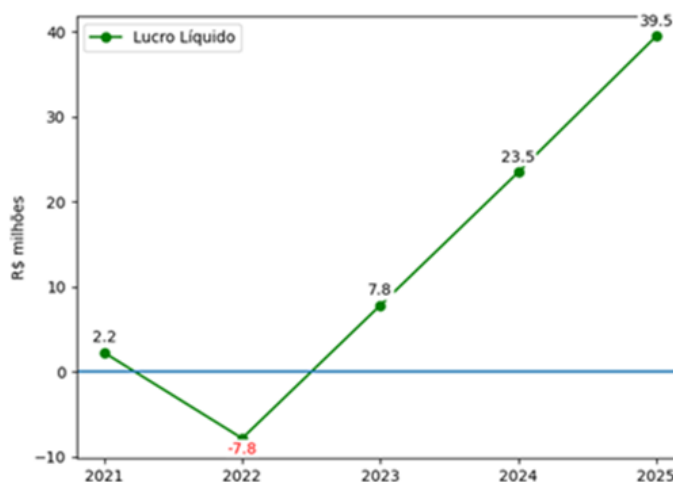
A ETICE apresentou, em 2025, lucro líquido de R\$ 39,5 milhões, representando crescimento em relação ao exercício anterior (R\$ 23,5 milhões), em linha com a expansão das operações e o fortalecimento de sua atuação como provedora de soluções tecnológicas ao setor público.

O desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da receita líquida, que atingiu R\$ 521,6 milhões, refletindo a maior demanda por serviços de conectividade, nuvem e processamento de dados.

O resultado operacional manteve trajetória positiva, evidenciando a capacidade da Empresa de gerar valor a partir de suas atividades principais. Adicionalmente, o resultado financeiro contribuiu para o desempenho global, influenciado pelos rendimentos das aplicações financeiras.

Como consequência, a Empresa encerrou o exercício com resultado sólido, reforçando sua posição financeira e sua capacidade de sustentar o crescimento no médio e longo prazo.

Gráfico 6 - Evolução do Lucro Líquido



Fonte: DIGEFI.

10. INVESTIMENTOS

No exercício de 2025, a ETICE realizou investimentos no montante de R\$ 929 mil, destinados à aquisição de ativos imobilizados e intangíveis, com foco na modernização tecnológica e na melhoria da infraestrutura física.

As aplicações concentraram-se, principalmente, na renovação do parque computacional e no aprimoramento da infraestrutura operacional, com vistas à mitigação da obsolescência e ao fortalecimento da capacidade institucional.

Os investimentos contemplaram, ainda, a aquisição de equipamentos e mobiliário, contribuindo para a melhoria dos ambientes de trabalho e para o aumento da eficiência operacional.

Destaca-se, adicionalmente, a realização de aquisições voltadas ao Data Center, com impactos positivos em termos de eficiência energética, segurança e qualidade dos serviços de conectividade.

11. AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA – ESG

No exercício de 2025, a ETICE consolidou seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e governança, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que estabelece a adoção de práticas de responsabilidade social e ambiental pelas empresas estatais.

Sob a coordenação da área responsável, o projeto de implementação de boas práticas ESG foi estruturado com base em três pilares principais:

(I) Responsabilidade Ambiental e Economia Circular

Na dimensão ambiental, destaca-se a constituição da Comissão Setorial de Coleta Seletiva Solidária, em alinhamento ao Decreto Estadual nº 32.981/2019. Formalizada por meio de Portaria, a comissão passou a atuar na gestão das ações internas relacionadas à destinação adequada de resíduos, promovendo práticas de sustentabilidade e contribuindo para a consolidação de uma cultura organizacional voltada à responsabilidade ambiental.

(II) Governança e Modernização Organizacional

Com o objetivo de assegurar a continuidade e a institucionalização das iniciativas ESG, a ETICE promoveu uma reestruturação administrativa estratégica, com destaque para:

Criação da Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS): unidade responsável pela execução do Plano de Ação ESG e pelo monitoramento dos indicadores associados;

Benchmarking institucional: realização de visitas técnicas a órgãos de referência, como CAGECE, TCE, SEMA e ALECE, visando à incorporação de boas práticas em gestão pública sustentável;

Transparência e monitoramento: cadastramento do projeto no sistema LuxOne, assegurando o acompanhamento institucional das ações.

(III) Responsabilidade Social e Engajamento

No eixo social, foram desenvolvidas iniciativas voltadas à disseminação da cultura de sustentabilidade entre os colaboradores, com destaque para a capacitação em temas relacionados a impacto socioambiental, por meio de cursos especializados, como o “Com + Impacto”, bem como para ações de comunicação interna, incluindo a realização de workshops e a divulgação de materiais orientativos na intranet, com o objetivo de fortalecer o engajamento do corpo funcional. O projeto foi concluído em dezembro de 2025, deixando como legado a estruturação de processos e diretrizes, atualmente sob a responsabilidade da Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (QSMS).

Ainda destacam as seguintes iniciativas relativas à Inclusão Digital e Impacto Social:

Programa Ceará Conectado

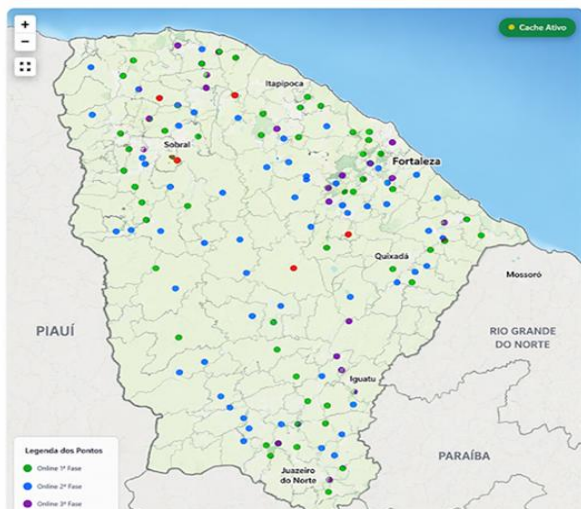
No âmbito da responsabilidade social e da promoção da inclusão digital, destaca-se o Programa Ceará Conectado, instituído pela Lei nº 17.666/2021, que representa uma das principais iniciativas do Estado voltadas à ampliação do acesso à internet.

O programa tem como objetivo promover a inclusão digital e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, por meio da oferta de conectividade gratuita em espaços públicos, contribuindo para a democratização do acesso à informação e para a redução das desigualdades digitais.

Até 2025, foram instalados 137 pontos de acesso, contemplando igual número de municípios. Para a terceira fase do programa, com início previsto para 2026, está planejada a implantação de mais 47 pontos nos municípios remanescentes, com vistas à universalização do atendimento nos 184 municípios do Estado.

A iniciativa apresentou crescimento consistente na demanda, com o registro de aproximadamente 900 mil novos usuários cadastrados ao longo do ano. A média mensal de adesões superou 73 mil usuários, com picos superiores a 200 mil conexões em períodos de maior utilização, como férias e eventos sazonais.

Figura 3 - Mapa Ceará Conectado - Pontos de Acesso



Fonte: Site Institucional.

mas como uma infraestrutura estratégica para a transformação digital do Estado, posicionando a ETICE como agente central na integração tecnológica e na ampliação do acesso do cidadão aos serviços públicos digitais.

A relação dos municípios contemplados pelo Programa até o exercício de 2025 encontra-se disponível para consulta por meio do seguinte endereço eletrônico: https://drive.google.com/drive/folders/12ZwaWilmPjftXfSjsPtx_1voH-t70he2?usp=sharing.

Incentivo à Cultura (Contrato de Patrocínio)

No âmbito de sua estratégia de ESG, com ênfase no pilar social, a ETICE realizou o patrocínio à 36ª edição do Cine Ceará – Festival Ibero-Americano de Cinema, no valor de R\$ 50.000,00. A iniciativa reforça o compromisso da Empresa com a promoção do acesso à cultura, o incentivo à economia criativa e o desenvolvimento social, contribuindo para a geração de impactos positivos junto à sociedade cearense.

A ação encontra-se também está alinhada aos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi devidamente aprovada pela Diretoria Executiva em 18 de dezembro de 2025, estando amparada na Lei nº 13.303/2016.

Com a expansão prevista, a expectativa é de crescimento contínuo do número de acessos, consolidando o Ceará como referência nacional em conectividade pública.

O programa encontra-se alinhado às diretrizes ESG, com destaque para o pilar social, bem como aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que se refere à promoção da inclusão digital, à redução das desigualdades e à ampliação do acesso a serviços públicos digitais.

O Ceará Conectado não se configura apenas como uma iniciativa de acesso à internet,

12. GESTÃO DE PESSOAS

Esta seção apresenta a estrutura de pessoal da ETICE, bem como as principais iniciativas relacionadas à capacitação, ao desenvolvimento, ao bem-estar e à gestão de desempenho, evidenciando o compromisso com a qualificação da força de trabalho e com a melhoria do ambiente organizacional.

Quadro de Pessoal

Em 2025, a ETICE manteve uma estrutura de pessoal compatível com a complexidade de suas operações, totalizando 168 empregados ativos, sendo 151 empregados efetivos e 17 empregados comissionados.

Do total de empregados efetivos, 105 encontravam-se cedidos a outros órgãos e entidades da Administração Pública, enquanto 46 permaneciam lotados na sede da Empresa.

No âmbito da governança, a Empresa contou com 15 conselheiros, incluindo o Presidente, reforçando o compromisso com a supervisão estratégica, a transparência e as boas práticas de gestão.

Considerando o conjunto de vínculos, a força de trabalho da ETICE totalizava 183 colaboradores ativos, dos quais 41% são mulheres e 59% são homens, evidenciando a composição atual do quadro funcional.

As informações apresentadas referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025.

Mulheres na Governança

A Lei nº 15.177, de 23 de julho de 2025, alterou a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e a Lei nº 13.303/2016 tornando-se um marco na promoção da diversidade na governança corporativa no Brasil, ao estabelecer a obrigatoriedade de participação mínima de mulheres nos conselhos de administração.

A norma determina a reserva de, no mínimo, 30% das vagas para mulheres, incorporando ainda critérios de inclusão voltados à participação de mulheres negras e mulheres com deficiência, ampliando o alcance das políticas de equidade e diversidade.

No âmbito legal, a referida Lei promove alterações, reforçando a obrigatoriedade da adoção de práticas mais inclusivas na composição dos órgãos de governança.

A implementação dessas diretrizes busca enfrentar a histórica sub-representação feminina em posições estratégicas, promovendo maior equidade de gênero, incentivo à diversidade interseccional e fortalecimento de uma cultura organizacional mais inclusiva e representativa.

Em estrita observância à legislação supracitada, a ETICE, em 31 de dezembro de 2025, apresentava em sua composição do Conselho de Administração um total de 07 conselheiros, dos quais 03

eram mulheres. Tal configuração corresponde a um percentual de 42,85%, evidenciando o fiel cumprimento das exigências legais relativas à representatividade de gênero.

Capacitação e Desenvolvimento

As ações de capacitação realizadas em 2025 foram direcionadas ao desenvolvimento de competências estratégicas, com ênfase na formação de lideranças e no aprimoramento técnico, em alinhamento às demandas institucionais e à agenda de transformação digital.

Capacitação para Alta Gestão

O programa de desenvolvimento de lideranças foi estruturado com o objetivo de fortalecer a atuação dos gestores no contexto da administração pública, integrando competências técnicas e comportamentais. Nesse âmbito, destaca-se a realização do Programa de Capacitação para a Alta Gestão, em parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE).

Capacitações Técnicas e Segurança da Informação

As iniciativas de capacitação técnica concentraram-se no fortalecimento de competências essenciais à sustentação das operações institucionais, especialmente nas áreas de segurança da informação, proteção de dados e tecnologias emergentes.

Foram ofertadas capacitações nas seguintes temáticas:

- Segurança da Informação;
- Norma ISO/IEC 27001;
- Operações de Segurança (*Security Operations Center – SOC*);
- Inteligência Artificial, com foco em Engenharia de Prompt;
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e segurança de dados;
- Privacidade e proteção de dados pessoais;
- Ferramentas de análise de dados, incluindo Power BI.

No âmbito da formação profissional, ressalta-se a continuidade do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Projeto Primeiro Passo, que integra capacitação teórica e prática profissional. Em 2025, a ETICE atuou na formação de 3 pessoas.

Bem-estar e Saúde Ocupacional

Foram realizadas ações voltadas à promoção da saúde e do bem-estar dos colaboradores, incluindo campanha de vacinação contra influenza e monitoramento periódico por meio dos exames

ocupacionais (ASO), contribuindo para a prevenção de riscos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Integração Institucional

O Circuito de Desenvolvimento Institucional (CDI) consolidou-se como importante instrumento de disseminação de conhecimento e alinhamento interno, por meio da realização de palestras e encontros temáticos voltados à atualização dos colaboradores sobre temas estratégicos.

Dentre os principais temas abordados em 2025, destacam-se:

- Estrutura do Poder Executivo Estadual;
- Ética pública e atuação da Comissão Setorial de Ética;
- Tendências tecnológicas;
- Práticas de ESG e negócios de impacto socioambiental;
- Segurança da informação e proteção de dados;
- Estrutura organizacional;
- Linguagem simples na Administração Pública.

Gestão de Desempenho

No exercício de 2025, foi iniciado o processo de revisão e modernização da política da Gratificação de Desempenho da Atividade de Tecnologia da Informação (GDTI), com o objetivo de aprimorar os critérios de avaliação, tornando-os mais objetivos, mensuráveis e alinhados às diretrizes e metas institucionais.

11. PERSPECTIVAS E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Plano de Negócios da ETICE (2026–2030), orienta sua atuação para a expansão sustentável dos serviços tecnológicos, o fortalecimento da infraestrutura digital e a evolução da capacidade institucional, com foco na geração de valor público.

Para o exercício de 2026, os objetivos da Empresa concentram-se na consolidação da autossustentabilidade financeira, na ampliação da oferta de serviços públicos digitais, no incremento da disponibilidade e confiabilidade do Cinturão Digital do Ceará (CDC) e no fortalecimento da governança, da segurança da informação e da eficiência operacional.

No âmbito da execução estratégica, destacam-se como iniciativas estruturantes a expansão do CDC, com aumento da resiliência da rede; a implantação de soluções baseadas em Inteligência Artificial, voltadas à automação e monitoramento de serviços; a estruturação de ambientes avançados de operação

e segurança (SOC/NOC); a modernização do Data Center; e a implantação de sistemas corporativos integrados (ERP e Plataforma de Dados), ampliando a maturidade de gestão e a transparência institucional.

A atuação da ETICE está organizada a partir de uma cadeia de valor integrada, que estrutura os macroprocessos de desenvolvimento, comercialização e operação de soluções tecnológicas, suportados por processos de apoio voltados à governança, gestão e conformidade. A cadeia de valor evidencia a integração entre as etapas de desenvolver, comercializar e operar serviços de conectividade e dados, bem como a atuação estruturante dos processos de apoio, incluindo gestão de pessoas, governança, jurídico, contratações e sustentabilidade (QSMS/ESG), assegurando a entrega de valor com qualidade, segurança, agilidade e confiabilidade.

No horizonte de 2026 a 2030, essas atividades serão intensificadas com foco em tecnologias emergentes, como computação em nuvem, inteligência artificial e cibersegurança, consolidando a ETICE como hub tecnológico do Estado.

O plano de investimentos prevê a aplicação de R\$ 73,8 milhões no período, sendo aproximadamente R\$ 26 milhões em 2026, direcionados à expansão da infraestrutura digital, inovação tecnológica e modernização dos ambientes operacionais. Esses investimentos são essenciais para sustentar o crescimento da Empresa e ampliar sua capacidade de entrega.

Sob a ótica econômico-financeira, a ETICE direciona seus esforços para o fortalecimento da independência em relação ao Tesouro Estadual, por meio da ampliação das receitas próprias, otimização de custos e expansão do portfólio de serviços, aliada ao aproveitamento das oportunidades do mercado de TIC no setor público e ao fortalecimento de parcerias estratégicas.

A performance institucional será monitorada por indicadores estratégicos, com destaque para o nível de independência financeira, o índice de oferta de serviços públicos digitais, a disponibilidade do CDC e o nível de execução dos investimentos, assegurando alinhamento entre planejamento e resultados.

Diretrizes e Metas Corporativas

DIRETRIZ ESTRATÉGICA	INDICADOR	UNIDADE	META 2026
Alavancar a oferta de serviços públicos digitais	Nível de alcance da classificação máxima do Índice ABEP-TIC (IOSPD)	%	80
Ampliar a disponibilidade e confiabilidade do CDC (Backbone)	Nível de Disponibilidade Média Anual do Backbone	%	99,88
Alcançar a autossustentabilidade financeira	Nível de independência financeira do Tesouro Estadual	R\$ (milhões)	32,80
Contribuir para o nível de investimento do Governo do Estado	Nível de Execução do Investimento	%	85

ANEXOS

I – UNIDADES ORGANIZACIONAIS

I – Órgãos de Administração Superior e de Fiscalização:

- a) Assembleia Geral - ASSEMG;
- b) Conselho Fiscal - CONFIS;
- c) Conselho de Administração - CONSAD;
- d) Diretoria Executiva - DIREXE;
- e) Comitê de Auditoria Estatutário - CAE;
- f) Comitê de Elegibilidade - CELEG;
- g) Comissão de Ética - COETI

II – Áreas de Execução e de Assessoramento – Diretoria da Presidência:

- a) Secretaria Executiva - SEXEC;
- b) Secretaria Executiva Auxiliar - SEXEC-AUX;
- c) Assessoria da Presidência - ASSEP;
- d) Superintendência Jurídica - SPJUR;
- e) Auditoria Interna - AUDIN;
- f) Ouvidoria - OUVID;
- g) Secretaria de Governança - SEGOV;
- h) Gerência de Conformidade e Riscos - GECORI;
- i) Gerência de Compras e Contratos - GECC;
- j) Gerência de Comunicação e Marketing - GECOM;
- k) Gerência de Planejamento - GEPLAN;
- l) Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - GEQSMS.

III – Áreas de Execução e de Assessoramento – Diretoria Comercial - DICOM:

- a) Assessoria Comercial - ASCOM;
- b) Gerência de Contas do Cliente Estado I – GECON I;
- c) Gerência de Contas do Cliente Estado II – GECON II;
- d) Gerência de Contas de Clientes Externos – GECON-EX.

IV – Áreas de Execução e de Assessoramento – Diretoria Técnica - DITEC:

- a) Assessoria Técnica - ASTEC;
- b) Gerência de Operações do Cinturão Digital - GEOPER;
- c) Gerência de Serviços e Infraestrutura Própria - GEINFRA;

- d) Gerência de Inovação - GENOVA;
- e) Gerência de Soluções Corporativas - GESCOR.

V – Áreas de Execução e de Assessoramento – Diretoria de Gestão e Finanças - DIGEFI:

- a) Assessoria de Gestão e Finanças - ASSEFI;
- b) Gerência Administrativa - GEAD;
- c) Gerência Financeira - GEFIN;
- d) Gerência de Contabilidade - GECONT;
- e) Gerência de Tecnologia da Informação Interna - GETIC;
- f) Gerência de Pessoas - GEPES.

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (R\$)

		2025	2024
ATIVO		260.441.217	127.821.690
CIRCULANTE	Nota	197.577.560	72.293.698
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	127.904.773	36.410.405
Clientes	5	2.483.931	373.113
Clientes a Faturar	6	41.425.165	23.104.364
Créditos Tributários	7	25.437.107	12.108.636
Créditos Com Funcionários	8	263.078	241.038
Almoxarifado	9	63.506	56.142
NÃO CIRCULANTE		62.863.658	55.527.992
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.558.871	33.498
Outros Créditos	10	18.534	20.111
Depósitos Judiciais	11	2.540.338	13.387
IMOBILIZADO	12	60.304.786	54.994.494
Bens em Operação		13.359.405	12.546.870
(-) Depreciação Acumulada		-10.152.022	-8.976.003
Bens Recebidos em Comodato	13	57.097.404	51.423.627
INTANGÍVEL	14	-	500.000
Licenças de Uso de Software		1.500.000	1.500.000
(-) Amortização Acumulada		-1.500.000	-1.000.000
PASSIVO		260.441.217	127.821.690
CIRCULANTE		121.708.112	34.164.920
Fornecedores	15	4.656.586	5.858.499
Fornecedores a Faturar	16	104.231.007	20.419.186
Obrigações Tributárias	17	9.477.355	3.935.230
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	18	3.064.371	2.999.764
Provisões Trabalhistas	19	202.269	901.141
Outras Obrigações		76.523	51.101
NÃO CIRCULANTE		59.207.095	53.649.654
Provisões Para Contingências	20	2.109.691	2.226.027
Bens Cedidos em Comodato		57.097.404	51.423.627
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	79.526.011	40.007.116
Capital Social		13.748.707	13.748.707
Reserva De Lucros		65.777.304	26.258.409

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

Valores expressos em Reais (R\$)

		2025	2024
RECEITA BRUTA	Nota	548.983.455	354.232.183
Serviços Prestados		494.525.257	301.385.418
Transferências do Estado do Ceará		54.458.198	52.846.766
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		-27.430.237	-18.115.592
(-) Impostos Sobre Serviços		-27.430.237	-18.115.592
RECEITA LÍQUIDA	22	521.553.218	336.116.591
(-) CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	23	-415.571.299	-247.384.683
Pessoal e Encargos		-9.120.928	-8.129.064
Materiais e Serviços		-405.510.617	-239.255.620
Depreciação e Amortização Técnica		-939.755	-
RESULTADO BRUTO		105.981.919	88.731.908
(+/-) RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	24	-54.572.675	-55.903.001
(-) Despesas com Pessoal e Encargos		-47.864.869	-48.379.001
(-) Despesas Gerais e Administrativas		-4.883.516	-6.034.284
(-) Depreciações e Amortizações Administrativas		-781.184,65	-781.185
(-) Outras Despesas Operacionais		-1.143.157	-1.080.698
(+) Outras Receitas Operacionais		100.052	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		51.409.244,88	51.409.245
RESULTADO FINANCEIRO	25	8.522.564	2.731.107
(-) Despesas Financeiras		-24.634	-238.879
(+) Receitas Financeiras		8.547.198	2.969.986
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-91.058	-
(-) Outras Despesas		-91.058	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		59.840.750,73	59.840.751
(-) Provisão Para Contribuição Social	26	-5.385.667	-3.200.401
(-) Provisão Para Imposto de Renda	26	-14.936.187	-8.866.004
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		39.518.895	23.493.609

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA

Valores expressos em Reais (R\$)

	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.518.895	23.493.609
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	39.518.895	23.493.609

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO DO EXERCÍCIO	TOTAL
Saldo em 31/12/2023	50.000	13.933.537	-	13.983.537
Lucros/Prejuízos do Exercício	-	-	23.493.609	23.493.609
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	23.493.609	-23.493.609	-
Outras Mutações do Patrimônio Líquido	-	2.529.969	-	2.529.969
Incorporação de Reserva de Lucros ao Capital Social	13.698.707	-13.698.707	-	-
Saldo em 31/12/2024	13.748.707	26.258.409	-	40.007.116
Lucros/Prejuízos do Exercício	-	-	39.518.895	39.518.895
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	39.518.895	-39.518.895	-
Saldo em 31/12/2025	13.748.707	65.777.304	-	79.526.011

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em Reais (R\$)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	92.351.823	20.510.566
Resultado Líquido do Exercício	39.518.895	23.493.609
Ajuste de Receitas e Despesas que não afetam o Caixa	1.720.939	2.938.987
(+) Depreciação e Amortização	1.720.939	409.018
(+/-) Outras Mutações do Patrimônio Líquido	-	2.529.969
Ajuste pelas Variações dos Ativos e Passivos Operacionais	51.111.989	-5.922.031
(Aumento)/Diminuição de Clientes	-2.110.818	4.123.010
(Aumento)/Diminuição de Créditos Tributários	-13.328.471	-640.166
(Aumento)/Diminuição de Créditos em Créditos Com Funcionários	-22.039	-16.489
(Aumento)/Diminuição de Almoxarifado	-7.364	110.762
(Aumento)/Diminuição de Outros Créditos	1.577	-
(Aumento)/Diminuição de Tributos Diferidos	-2.526.951	-
(Aumento)/Diminuição de Despesas a Apropriar/Outros Créditos	-	-
(Aumento)/Diminuição de Clientes a Faturar	-18.320.801	-4.477.834
(Aumento)/Diminuição de Despesas do Exercício Seguinte	-	2.458.718
Aumento/(Diminuição) de Fornecedores	-1.201.913	-4.974.026
Aumento/(Diminuição) de Fornecedores a Faturar	83.811.821	-529.571
Aumento/(Diminuição) de Obrigações Tributárias	5.542.125	642.796
Aumento/(Diminuição) de Obrigações Trabalhistas E Previdenciárias	64.607	-124.862
Aumento/(Diminuição) de Provisões	-698.872	-2.611.524
Aumento/(Diminuição) de Provisões para Contingências	-116.335	135.027
Aumento/(Diminuição) de Outras Obrigações	25.422	-17.871
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO	-	-
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento (2)	-857.455	139.466
Compra de Ativo Imobilizado/Intangível	-929.324	-550.928
Baixa de Imobilizado/Intangível	116.789	4.108.318
Baixa de Depreciação/Amortização	-44.920	-3.417.924
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (3)	-	-
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	91.494.368	20.650.032

(1; 2; 3)

Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	36.410.405	15.760.373
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	127.904.773	36.410.405
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO EXERCÍCIO	91.494.368	20.650.032

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Valores expressos em Reais (R\$)

	2025	2024
RECEITAS	549.083.507	354.232.183
Serviços Prestados e Transferências do Tesouro Estadual	548.983.455	354.232.183
Outras Receitas Operacionais	100.052	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	411.886.579	246.370.602
Custos dos Serviços Prestados	404.829.093	238.906.823
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	7.057.486	7.463.779
VALOR ADICIONADO BRUTO	137.196.928	107.861.582
RETENÇÕES	1.720.939	409.018
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.720.939	409.018
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	135.475.989	107.452.564
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.547.198	2.969.986
Receitas Financeiras	8.547.198	2.969.986
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	144.023.187	110.422.550
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	144.023.267	110.422.550
Pessoal e Encargos	56.985.877	56.508.065
Impostos, Taxas e Contribuições	47.493.861	30.181.997
Despesas Financeiras	24.634	238.879
Lucros (Prejuízos) Retidos	39.518.895	23.493.609

III – NOTAS EXPLICATIVAS

Notas Explicativas concernentes às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei nº 13.006 de 24 de março de 2000, alterada pelas Leis nº 13.875 de 07 de fevereiro de 2007, nº 14.335 de 20 de abril de 2009, nº 15.215 de 05 de setembro de 2012, nº 16.710 de 21 de dezembro de 2018, nº 18.310 de 17 de fevereiro de 2023, nº 18.539 de 30 de outubro de 2023, regida por seu Estatuto Social, por seu Regimento Interno, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo vinculada à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará.

Sua atuação, também fundamentada pela Lei do Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 16.727, de 26 de dezembro de 2018, consiste em oferecer infraestrutura tecnológica e serviços especializados que possibilitam a implementação de políticas públicas, apoiando, essencialmente, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na modernização da gestão, na transformação digital e na prestação de serviços à população por meio de canais digitais.

De acordo com o art. 4º do Estatuto Social, publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de novembro de 2025, a ETICE tem por objeto social:

I – prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, os Órgãos e Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

II – prestar serviços de assessoramento, consultoria, pesquisa, desenvolvimento, implantação, operação, manutenção, gerenciamento, suporte técnico e de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;

III – desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar a definição de políticas públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual; e

IV – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual.

Parágrafo único – Os serviços prestados pela ETICE abrangem soluções relacionadas à garantia da segurança e da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Estadual, ao relevante interesse coletivo, voltadas ao desenvolvimento e à utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação nos produtos e serviços ofertados, dentro de padrões de eficiência, eficácia e economicidade.

Conforme art. 5º do mesmo normativo, à consecução de seu objeto social, a ETICE poderá:

I – desempenhar suas atividades mediante convênios, contratos, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres, para ampliar sua inserção competitiva no mercado internacional e no mercado de inovações.

Parágrafo único – A ETICE poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, sendo-lhe facultado participar do capital social de empresas constituídas que atuem na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Acerca da finalidade da ETICE, o art. 6º do Estatuto Social dispõe que a empresa deverá:

I – prestar serviços de TIC aos Órgãos e às Entidades da Administração Pública Estadual, aos Órgãos ou às Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

II – implementar, operar, gerenciar, expandir e manter as redes e estruturas de provimento e suporte de serviços de telecomunicação, radiocomunicação, datacenters e outros sistemas de comunicação de propriedade ou posse da Administração Pública Estadual;

III – prestar serviços de transporte de dados, acesso e conexão à Internet em banda larga;

IV – prestar apoio e suporte às políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para órgãos e entidades do Estado e pontos de interesse público;

V – gerenciar a infraestrutura de redes objeto de concessão;

VI – prestar serviços de consultoria e assessoria na área de TIC;

VII – prestar serviços em nuvem computacional e prover soluções tecnológicas, seja por meio de tecnologia própria da ETICE ou pela integração de serviços e sistemas de terceiros fornecedores, parceiros de negócios ou clientes da ETICE;

VIII – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual, compreendendo a gerência da Internet, a gestão de riscos e de segurança da informação, além de outras que sejam definidas, relacionadas à TIC;

IX – assessorar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de TIC do Governo do Estado do Ceará;

X – propor sistemas específicos e soluções de integração dos sistemas corporativos estratégicos no âmbito do Governo;

XI – assessorar ao órgão competente na Administração Pública Estadual na proposição e execução das diretrizes, das estratégias, das políticas, das normas, dos padrões e das orientações para o uso da TIC a serem observadas pela Administração Pública Estadual;

XII – definir arquitetura de tecnologia digital e desenvolver estrutura de sustentação de plataformas digitais;

XIII – apoiar a governança digital da Administração Pública Estadual;

XIV – construir e gerenciar os processos referentes às aquisições/contratações corporativas de bens e serviços de TIC no âmbito do Governo do Estado do Ceará;

XV – prestar assessoramento técnico ao órgão competente na Administração Pública Estadual na análise e emissão de pareceres referentes às aquisições de

bens e serviços de TIC não padronizados, pelos Órgãos e Entidades estaduais, inclusive para contratação de serviços de consultorias em TIC;

XVI – desenvolver estudos e pesquisas científicas, visando à identificação de soluções estratégicas e estruturantes de TIC;

XVII – fomentar a geração de clusters de inovação na área de TIC no Estado, seja de forma interna, seja através de ações indutoras ao ambiente externo

dentro do Estado;

XVIII – prestar serviços de engenharia voltados à implantação e manutenção de infraestrutura de TIC, incluindo redes de radiocomunicação, telecomunicações,

datacenters e outros sistemas de comunicação, integrando soluções tecnológicas às suas estruturas físicas para atender às demandas da Administração Pública;

XIX – executar outras atividades que lhe forem definidas em legislação específica.

NOTA 02 — APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis elaboradas, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância às disposições da Lei nº 6.404/76 e suas alterações (Lei das Sociedades por Ações). Desta forma, contemplam as modificações nas práticas introduzidas pelas Leis nº. 11.638/2007 e 11.941/2009 e regulamentações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

NOTA 03 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas provenientes dos serviços prestados e os custos e despesas são registradas pelo regime de competência. Já as receitas provenientes das transferências do Governo do Estado do Ceará são registradas pelo regime de caixa, de acordo com as informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE).

No que se refere ao resultado da atividade, este é incorporado ao patrimônio líquido somente ao término de cada exercício social, isto é, em 31 de dezembro.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

As aplicações financeiras da ETICE estão concentradas na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Banco do Brasil, sendo na CEF registrado o maior volume aplicado. As aplicações são realizadas em conformidade com a política de gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade, com o objetivo de preservar o capital, garantir liquidez e obter rentabilidade compatível com as condições de mercado.

Os recursos aplicados correspondem exclusivamente a aplicações de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a baixíssimo risco, sendo classificadas como equivalentes de caixa quando aplicável, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

c) IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, sendo a depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Os ativos presentes neste item compreendem máquinas e equipamentos, bens utilizados na prestação de serviços e bens móveis administrativos.

d) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

As férias vencidas, as proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

(e) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são reconhecidos quando a perda é avaliada como provável, implicando provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os valores envolvidos podem ser estimados com razoável segurança. Essa avaliação considera, entre outros fatores, a opinião dos assessores jurídicos da organização, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, o grau de complexidade das causas e o posicionamento predominante dos tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. Já aqueles classificados como perdas remotas não requerem constituição de provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate desses depósitos, exceto em caso de desfecho favorável da demanda para a empresa.

(f) RECEITAS E DESPESAS

A ETICE adota o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, bem como para o reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu

efetivo recebimento ou pagamento, ou seja, independentemente de sua conversão em entradas ou saídas de caixa.

(g) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e à moeda de apresentação da Empresa. Os valores são expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

(h) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A classificação de ativos e passivos em circulantes e não circulantes é realizada em conformidade com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos são classificados como circulantes quando se espera sua realização no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando se prevê sua realização no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando se tratam de caixa e equivalentes de caixa, exceto se houver restrição à sua utilização por período superior a doze meses.

Os passivos são classificados como circulantes quando se espera sua liquidação no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando devam ser liquidados no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses.

Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

i) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O IRPJ é calculado com base no lucro tributável, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000,00 no período de 12 meses. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os encargos tributários são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

NOTA 4 — CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2025	2024
Bancos - Contas Correntes	-	1.578
Aplicações Financeiras	127.904.773	36.408.828
TOTAL	127.904.773	36.410.405

Os valores monetários que compõem o caixa e seus equivalentes referem-se aos recebimentos decorrentes da prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação à carteira de clientes, bem como às aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimento mantidos na Caixa Econômica Federal – CEF e no Banco do Brasil. Os fundos são caracterizados por operações de curto prazo, com resgate automático e liquidez diária.

NOTA 5 — CLIENTES

A seguir, destacam-se os valores que compõem o saldo da conta patrimonial “Clientes”, correspondentes aos serviços prestados, faturados e ainda não convertidos em entrada de caixa. Do referido saldo deduz-se o valor constituído como Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD).

Para sua constituição, foram considerados os saldos de exercícios anteriores e adotado como critério o reconhecimento de títulos inadimplidos com atraso igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, cumulativamente à avaliação de baixa ou remota expectativa de recebimento, sem prejuízo da continuidade das ações de cobrança.

O valor de R\$ 42.096,74, apresentado com sinal invertido, refere-se a clientes ainda não identificados no sistema de Ambiente Seguro da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) até a data de encerramento do exercício. A Administração informa que já está adotando as providências necessárias para a devida identificação desses registros.

CLIENTES	2025	2024
SEFAZ/ MA – Secretaria de Estado da Fazenda Maranhão	1.386.756	-
TJ – Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário	322.259	-
ARCE – Agência Reguladora de Serv. Público Delegados	232.803	-
CAGECE – Empresa de Água e Esgoto do Ceará	228.143	-
HEMOCE – Centro de Hematologia e Hemoterapia Ceará	186.937	-
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão	182.351	-
SESP/ MT – Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso	127.897	-
ZPE – Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportação	125.756	98.140
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal	123.384	-
MPCE – Fundo de Reparcelamento e Modernização	115.404	-
Prefeitura Municipal de Caucaia	95.200	95.200
SSPDS - Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	93.642	-
Câmara de Fortaleza	85.727	-

COSANPA – Empresa de Saneamento do Pará	85.339	-
FUNPECE/PGE – Fundo de Modernização e Reaparelhamento da PGE	76.430	59.812
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Ceará	70.185	-
Casa Civil	63.160	-
CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará	56.921	-
LARANET – Lara Net Telecomunicações e Serviços	54.312	54.312
Prefeitura Municipal de Redenção	35.944	11.981
ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará	32.162	28.145
Prefeitura Municipal de Hidrolândia	23.472	23.472
METROFOR – Empresa Cearense de Transportes Metropolitanos	18.895	-
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda	17.250	17.250
SEAS – Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	14.404	-
PREFEITURA DE GUARAMIRANGA - Fundo Municipal de Saúde de Guaramiranga	9.944	9.944
ISGH – Instituto de Saúde Gestão Hospitalar	9.894	-
URCA – Universidade Regional do Cariri	7.668	179.278
SERBRAS – Secretaria de Estado de Representação do Governo de Roraima em Brasília	3.606	-
Prefeitura de Jucás	3.348	-
PREFEITURA DE QUIXELÔ – Secretaria Mun. de Assis Social	3.348	-
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú	3.155	-
Prefeitura Municipal de Várzea Alegre	1.768	-
Prefeitura Municipal de Brejo Santo	1.676	-
ESP – Fundo Estadual de Saúde	1.477	19.275
Câmara de Ocara	1.285	-
PREVI/ MOSSORÓ – Instituto Municipal de Previdência Social	1.187	-
SETUR – Secretaria Estadual do Turismo	1.140	-
PREFEITURA DE CARIÚS - Fundo da Assistência Social Cariús	558	-
SEDUC – Secretaria de Educação	-	975.760
SDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico	-	116
PMCE – Polícia Militar do Ceará	-	39.564
CIPP – Empresa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	-	18.027
DPGE – Fundo de Apoio e Aparelhamento da DPGE	-	245
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensa Rural do Ceará	-	28.036
Prefeitura Municipal de Baturité	-	21.719
Demais Clientes	-	83.800
(-) Clientes A Identificar	-42.097	-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-1.378.759	-1.390.963
TOTAL	2.483.931	373.113

NOTA 6 — CLIENTES A FATURAR

A ETICE presta serviços a órgãos e entidades da Administração Pública, cujos pagamentos estão condicionados à formalização do aceite dos serviços prestados pelo contratante.

Após a execução dos serviços, o cliente realiza a verificação e formaliza o respectivo aceite. Somente após essa etapa é encaminhada à empresa a nota de empenho da despesa e solicitada a emissão da correspondente nota fiscal, momento a partir do qual se inicia o processo de liquidação financeira, nos termos da Lei nº 4.320/1964.

Em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando os serviços são efetivamente prestados, refletindo a transferência do controle dos serviços ao cliente.

Dessa forma, ao final de cada período de reporte, podem existir receitas já incorridas, porém ainda não faturadas e, conseqüentemente, não convertidas em caixa. Tais valores são reconhecidos na conta transitória “Clientes a Faturar”, em conformidade com os critérios de reconhecimento estabelecidos pelas normas contábeis.

CLIENTES	2025	2024
SSPDS – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	8.644.102,30	8.209.176,81
SEFAZ – Ceará Secretaria da Fazenda	6.886.839,42	938.837,85
SESA – Fundo Estadual de Saúde	5.355.752,83	888.863,98
SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará	3.717.929,10	1.012.555,10
JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará	2.371.577,68	563.717,21
CEARAPREV – Fundação de Previdência Social	1.594.422,99	554.869,99
PCCE – Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará	1.504.230,97	1.449.130,50
TJCE – Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização Judiciário	1.177.872,21	359.394,50
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	1.089.655,38	470.649,27
SEDUC – Secretaria de Educação	968.240,77	1.796,55
SEAS – Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo	654.986,03	263.503,12
SPS – Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos	593.162,95	143.744,48
SESA HEMOCE – Centro de hematologia e Hemoterapia do Ceará	580.120,70	-
SEJUV SESPORTE	547.398,76	7.190,14
ARCE – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados	354.252,07	4.852,00
EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	340.342,37	61,99
SEMACE – Secretaria Estadual do Meio Ambiente	313.147,13	95.329,00
SEGOV – Secretaria de Estado de Governo do Maranhão	279.117,37	-
SAP – Secretaria da Administração Penitenciária	266.279,32	243.502,30
PGJ/MPCE – Fundo de Reparelhamento e Modernização	262.612,31	164.885,57
PEFOCE – Perícia Forense do Estado de Ceará	230.683,04	5.889.938,04
CAGECE – Cia de Água e Esgoto do Ceará	230.671,20	434.202,87
PGE – Procuradoria Geral do Estado	210.571,76	21.069,72
PMCE – Polícia Militar do Ceará	188.539,38	76.806,95
CASA CIVIL – Casa Civil	188.014,17	109.039,65
P. CAUCAIA – Prefeitura de Caucaia	163.501,47	-
SET – Secretaria do Trabalho	159.576,89	15.830,60
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal	158.014,56	-
FUNPECE/PGE – Fundo de Modernização e Reparelhamento da PGE	152.417,89	1.100,44
IPMO – Instituto de Previdência do Município de Osasco	151.229,11	97.001,48
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente	150.621,93	94.373,35
ZPE – Companhia Administradora da Zona de Processamento e Exportação do Ceará	131.344,40	123.547,79

SDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico	114.580,47	54.993,56
SPA - Secretaria de Pesca e Aquicultura	113.050,54	8.008,31
ESP – Fundo Estadual de Saúde	109.797,57	32.731,75
CGD – Controladoria Geral de Disciplina	83.153,76	33.525,96
SPRF – Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Ceará	82.993,38	76.519,62
SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos	77.299,85	22.296,90
UECE/FUNECE – Fundação Universidade Estadual do Ceará	70.998,15	58.873,30
SOP – Superintendência de Obras Públicas	61.876,97	62.949,04
CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará	59.923,51	-1.090,72
SEM – Secretaria das Mulheres	58.260,45	35.031,85
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso	55.780,92	-
Câmara de Fortaleza	54.952,93	-
SECULT – Secretaria da Cultura	52.400,89	14.371,79
SEINFRA – Secretaria da Infraestrutura	48.895,13	10.864,42
UVA – Fundação Universidade Estadual vale do Acaraú	48.311,69	-528,42
CGE – Controladoria Geral do Estado	46.376,90	6.695,87
IPECE- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	45.869,10	9.954,86
CIDADES – Secretaria das Cidades	41.726,19	-284,58
URCA – Universidade Regional do Cariri	38.629,14	-96.120,34
ISSEC – Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	36.022,41	99.241,57
ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará	34.729,29	6.877,63
EGP – Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	33.934,97	23.677,76
SETUR - Secretaria do Turismo do Ceará	29.184,40	112.634,83
COSANPA-PARÁ – Companhia de Saneamento do Pará	28.446,40	-
CBMCE – Corpo de Bombeiros Militar do Ceará	28.420,96	880,64
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do DF	27.085,76	27.085,76
NUTEC – Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará	26.582,65	17.286,15
SOHIDRA – Superintendência de Obras Hidráulicas	24.538,60	22.177,11
ADAGRI – Agência de Defesa da Agropecuária	23.855,94	21.304,90
SEDIH – Secretaria dos Direitos Humanos	23.669,01	1.481,53
SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário	19.978,24	8.151,88
TCE – Tribunal de Contas do Estado do Ceará	19.401,83	9.704,00
CEE – Conselho Estadual de Educação	16.439,68	13.826,84
VICEGOV – Assessoria Especial da Vice Governadoria	14.917,62	5.878,69
CEARAPAR – Companhia de Participação e Gestão de Ativos do Ceará S/A	11.913,15	4.081,10
FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos	11.349,16	7.623,83
HIAS – Secretária da Saúde do Estado do Ceará	11.256,25	-
DPGE – Defensoria Pública do estado do Ceará	10.044,42	20.984,39
METROFOR – Companhia Cearense de Transporte	9.880,41	20.599,52
ISGH – Hospital Regional do Sertão Central	9.655,00	-
P. OCARA – Prefeitura de Ocara	9.390,16	5.056,24
FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecno.	8.138,36	3.803,56
SECITECE – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	7.114,88	-
AESP – Academia Estadual de Segurança Pública	7.012,04	5.106,30
GUARAMIRANGA – Prefeitura de Guaramiranga	6.394,60	-
P. BATURITÉ – Prefeitura de Baturité	6.191,50	-

P. REDENÇÃO – Prefeitura de Redenção	5.990,71	5.990,71
COGERH – Companhia de Gestão de Recursos Hídricos	5.102,62	4.791,85
IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará	4.758,92	-
HSM – Hospital de Saúde Mental de Messejana	4.703,73	-
FUNTELC – Fundação de Teleeducação do Estado do Ceará	4.554,99	-
SEJUV – Secretaria de Esporte e Juventude	3.910,49	2.435,69
SUPESP – Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública	3.692,18	2.169,23
PROCON – Superintendência Estadual de Defesa Consumidor	2.498,24	-
IPC – Instituto de Prevenção do Câncer	2.137,72	-
COHAB – Companhia de Habilitação do Ceará	1.776,17	507,6
IPEM – Instituto de Pesos e Medidas do Ceará	1.673,07	2.807,52
CIDH – Centro Integrado de Diabetes e Hipertensão	1.409,51	-
Câmara de Ocara	1.349,80	-
SEPA – Secretaria da Proteção Animal	1.244,20	-
Câmara de Barbalha	1.133,48	-
P. VÁRZEA ALEGRE – Prefeitura de Várzea Alegre	589,24	-
P. CARIÚS – Prefeitura de Cariús	557,94	-
P. ASSARÉ – Município de Assaré	478,34	478,34
P. ARNEIROZ – Prefeitura de Arneiroz	-49,68	-
CIMENTO APODI – Companhia de Cimento Apodi	-	870,24
CIPP – Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	-	18.027,40
P. BREJO SANTO – Prefeitura de Brejo Santo	-	1.675,68
P. ORÓS – Prefeitura de Orós	-	478,34
P. QUIXELÔ – Prefeitura de Quixelô	-	478,34
SUPEL – Superintendência Estadual de Compras e Licitações	-	3.644,82
TCM PA – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará	-	58.779,60
TOTAL	41.425.165,36	23.104.364,01

NOTA 7— CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A ETICE possui créditos tributários registrados no ativo, oriundos, principalmente, de tributos passíveis de recuperação e/ou compensação, conforme previsto na legislação vigente.

A empresa também reconhece créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Tais créditos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Tributos a Compensar	23.511.788	11.909.578
IRPJ - Saldo Negativo 2025	9.963.630	-
IRPJ - Saldo Negativo 2024	5.258.789	6.559.981
IRPJ - Saldo Negativo 2023	2.328.749	3.310.400
CSLL - Pgto. Indevido ou a Maior	2.105.343	1
IRPJ - Pgto. Indevido ou a Maior	2.022.709	1.169

CSLL - Saldo Negativo 2023	836.505	1.331.416
CSLL - Saldo Negativo 2024	572.997	572.997
CSLL - Saldo Negativo 2025	280.760	-
INSS a Compensar	84.638	84.638
COFINS a Compensar	24.395	16.463
CSRF a Compensar	10.800	10.800
CSLL - Saldo Negativo 2022	7.630	7.630
PIS a Compensar	5.285	3.567
IRRF Indevido ou a Maior	4.500	4.500
IRPJ - Saldo Negativo 2019	2.929	3.887
CSLL - Saldo Negativo 2021	2.126	2.126
IRPJ - Saldo Negativo 2022	2	2
IRPJ - Saldo Negativo 2021	1	1
CSLL - Saldo Negativo 2019	1	1
Tributos a Recuperar	1.925.319	199.058
COFINS A Recuperar	1.441.059	-
PIS a Recuperar	455.115	-
ICMS s/ Ativo Imobilizado a Recuperar	29.145	29.145
ICMS a Recuperar	-	169.913
TOTAL	25.437.107	12.108.636

NOTA 8 — CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

A ETICE concede aos seus empregados, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, um adiantamento financeiro denominado “empréstimo férias”, disponibilizado por ocasião do início do período de gozo de férias.

Esse adiantamento possui natureza de empréstimo de curto prazo, sendo registrado no ativo como créditos de funcionários no momento de sua concessão. Sua liquidação ocorre mediante desconto em cinco parcelas na folha de pagamento, iniciando-se no mês subsequente ao retorno das férias.

Os valores concedidos não possuem natureza remuneratória, razão pela qual não integram a base de cálculo de encargos trabalhistas e previdenciários, sendo tratados contabilmente como direitos realizáveis de curto prazo.

Em razão do curto prazo entre a concessão e a liquidação, não são reconhecidos encargos financeiros nem ajustes a valor presente sobre essas operações.

A sistemática de desconto em folha de pagamento reduz substancialmente o risco de inadimplência, motivo pelo qual a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas sobre esses créditos na data das demonstrações financeiras. A recuperação desses valores é acompanhada periodicamente pela Administração.

Os saldos são classificados no ativo circulante, de acordo com sua expectativa de realização, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

SALDO 31/12/2024	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO 31/12/2025
241.038	1.779.470	1.757.430	263.078

NOTA 9 — ALMOXARIFADO

O almoxarifado é composto por materiais de uso e consumo, avaliados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o respectivo valor de mercado. Esses materiais destinam-se ao atendimento das atividades operacionais e administrativas da ETICE, não sendo incorporados ao ativo imobilizado em razão de sua natureza consumível ou de vida útil inferior a 12 meses.

A baixa dos materiais ocorre no momento de sua requisição e efetiva utilização pelas unidades demandantes, sendo os respectivos valores reconhecidos como despesa no resultado do período, em observância ao regime de competência.

O controle dos estoques é realizado por meio do Sistema de Gestão de Bens Móveis – SGBM, mantido pela Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, em virtude de a empresa ser classificada como estatal dependente, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para fins de mensuração, é adotado o critério de custo médio.

A empresa realiza inventários físicos periódicos dos materiais estocados, com o objetivo de assegurar a confiabilidade e a integridade dos saldos contábeis, mantendo ainda controles internos sobre a movimentação dos materiais, em observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública. Os saldos de almoxarifado são classificados no ativo circulante, conforme sua expectativa de realização, em conformidade com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Condutores Elétricos	13.970	13.510
Equip. de Material de Limpeza	9.850	4.804
Gêneros Alimentícios	8.167	6.212
Artigos de Higiene	5.408	7.719
Equip. p/ Refeitório, Copa	3.670	1.598
Canos, Tubos, Mangueiras	3.648	3.648
Artigos Utensílios de Escritório	3.624	6.911
Equip. de Proc. de Dados	2.678	1.874
Combustíveis, Óleos e Ceras	2.638	2.936
Recep e Mat. p/ Acondicionamento	1.962	1.306
Vestuários, Equip. Individuais	1.872	224
Equip. Medicamentos	1.754	2.734
Substâncias e Produtos Químicos	1.173	108
Equip. de Instalações Hidráulicas	1.159	306
Aparel Iluminação e Lâmpadas	478	483
Artigos e Utensílios Domésticos	383	792

Ferramentas Manuais	348	375
Inst. e Equip. de Controle e Medicam.	220	220
Equip. Refrigeração, Cond	210	210
Componentes de Equip. Elétricos	122	-
Ferragens e Abrasivos	90	90
Máquinas e Equip de Oficinas	80	80
Cordas, Cabos e Correntes	3	3
TOTAL	63.506	56.142

NOTA 10 — OUTROS CRÉDITOS

O montante de R\$ 18.533,50, registrado no ativo não circulante, refere-se a valores pagos a título de multas aplicadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, decorrentes da entrega intempestiva da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Em razão dos fatos que deram origem às referidas penalidades, a Empresa ajuizou ação judicial de ressarcimento em face da empresa Ativos Contadores Associados Ltda., sob o nº 47147-02.2008.8.06.0001, em trâmite perante a 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, com o objetivo de reaver os valores despendidos.

O reconhecimento desse ativo fundamenta-se na expectativa de êxito da demanda judicial, conforme avaliação da Administração.

NOTA 11 — DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 2.540.337,58, registrado na conta de depósitos judiciais e classificado no ativo não circulante, é composto por: (i) R\$ 13.386,62, referentes a depósitos recursais vinculados a processos trabalhistas; e (ii) R\$ 2.526.950,96, relativos a depósito judicial efetuado no âmbito de demanda de natureza tributária.

O montante de natureza tributária está associado à discussão judicial acerca da cobrança da contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), referente ao período de 2019 a 2021.

A demanda foi inicialmente proposta sob a forma de Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de tutela de urgência, tendo sido posteriormente convertida em Embargos à Execução. A controvérsia reside na base de cálculo adotada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que, segundo a Empresa, teria incluído indevidamente receitas provenientes de Serviços de Valor Adicionado (SVA), as quais não integram a base de cálculo da referida contribuição.

Os depósitos judiciais são registrados como ativos, uma vez que representam valores vinculados a processos judiciais em andamento, cuja realização está condicionada ao desfecho das respectivas demandas. O tratamento contábil adotado observa o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração acompanha regularmente o andamento dos processos judiciais e entende que foram adotadas as medidas cabíveis para a adequada defesa de seus interesses.

NOTA 12 — IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear, com base em suas vidas úteis econômicas estimadas, as quais são revisadas periodicamente pela Administração. Os encargos de depreciação são reconhecidos no resultado do período, de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos.

Os gastos subsequentes são incorporados ao valor contábil do ativo apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluam para a Empresa e que o respectivo custo possa ser mensurado de forma confiável. Despesas de manutenção e reparos são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação do ativo imobilizado estão em conformidade com o disposto no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

a) Movimentação do custo de aquisição

BENS EM OPERAÇÃO	SALDO EM 31/12/2024	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2025
Equipamentos de Informática	5.879.546	260.468	-30.811	6.109.204
Máquinas e Equip. Energéticos	2.672.197	-	-	2.672.197
Apar. e Equip. de Comunicação	2.657.016	-	-	2.657.016
Mobiliários	521.233	421.098	-	942.331
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	297.957	246.682	-	544.639
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	256.847	-	-	256.847
Apar. e Utensílios Domésticos	109.761	1.076	-	110.836
Veículos e Caminhonetes	85.978	-	-85.978	-
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	52.673	-	-	52.673
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	13.662	-	-	13.662
TOTAL DO IMOBILIZADO	12.546.870	929.324	-116.789	13.359.405

b) Movimentação da Depreciação Acumulada

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2024	BAIXAS	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 31/12/2025	PERCENTUAL DEPRECIÇÃO
Equipamentos de Informática	5.073.373	-	556.999	5.630.371	20% a.a
Máquinas e Equip. Energéticos	1.576.609	-	267.220	1.843.829	10% a.a
Apar. e Equip. de Comunicação	1.541.341	-	265.702	1.807.042	10% a.a
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	250.846	-	6.001	256.847	10% a.a
Mobiliários	228.483	-	78.679	307.162	10% a.a
Equip. Áudio e Vídeo	94.386	-	-	94.386	10% a.a
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	86.038	-	33.961	119.999	10% a.a
Apar. e Utensílios Domésticos	75.529	-	11.012	86.541	10% a.a
Veículos e Caminhonetes	44.920	-44.920	-	-	20% a.a
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	4.479	-	1.366	5.845	10% a.a
Equipamento de Prot., Seg. e Socorro	-	-	-	-	10% a.a
TOTAL DEPRECIÇÃO	8.976.003	-44.920	1.220.939	10.152.022	

NOTA 13 – BENS EM COMODATO

A ETICE recebeu, nos exercícios de 2024 e 2025, determinados bens em regime de comodato, caracterizado pelo empréstimo gratuito, sem transferência de propriedade e sem opção de compra ao término do contrato. Tais bens estão vinculados, majoritariamente, à prestação de serviços de locação de equipamentos de radiocomunicação.

Esses bens permanecem sob a titularidade dos respectivos cedentes, não sendo, portanto, reconhecidos no ativo imobilizado da Empresa, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Adicionalmente, a Administração avaliou que os contratos firmados não transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade, tampouco configuram contratos de arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

Os referidos bens são utilizados pela Empresa no desenvolvimento de suas atividades operacionais, sendo posteriormente disponibilizados a clientes mediante contratos de locação, gerando receitas reconhecidas no resultado em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

NOTA 14 – INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis da Empresa são compostos, principalmente, por licenças de uso de softwares, reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, em conformidade com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Esses ativos são amortizados pelo método linear, ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas, de forma a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Os encargos de amortização são reconhecidos no resultado do período.

Determinadas licenças de uso de software encontram-se totalmente amortizadas, permanecendo registradas pelo custo histórico e pela respectiva amortização acumulada, sem valor contábil líquido.

a) Custo de aquisição

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2024	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	SALDO EM 31/12/2025
Licenças de Uso de Software	1.500.000	-	-	1.500.000
TOTAL INTANGÍVEL	1.500.000	-	-	1.500.000

b) Amortização acumulada

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2024	ADIÇÕES	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 31/12/2025	PERCENTUAL AMORTIZAÇÃO
Licenças de Uso de Software	1.000.000	-	500.000	1.500.000	20% a.a
TOTAL AMORTIZAÇÃO	1.000.000	-	-	1.500.000	

NOTA 15 — FORNECEDORES

A conta de fornecedores refere-se, substancialmente, às obrigações assumidas pela ETICE junto a terceiros, decorrentes da aquisição de bens e serviços necessários à manutenção de suas atividades operacionais, estando mensurada pelo custo histórico.

A empresa realiza a gestão de seus compromissos com fornecedores de forma a assegurar o cumprimento dos prazos acordados, não havendo, na data das demonstrações financeiras, evidências de inadimplência relevante ou necessidade de reconhecimento de encargos adicionais significativos.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Claro S.A	4.135.265	1.434.956
Brisanet Serviços de Telecomunicações S.A.	295.176	171.200
Schneider Electric Brasil Ltda	155.841	230.611
Futura Climatização e Energia Renovável	35.208	-
Ticket Solucoes Hdfgt S.A.	12.580	-
1telecom Serviços de Tecnologia em Inter	12.500	-
Odebrecht Comercio e Industria de Café Ltda	6.600	-
Distrimix Soluções & Amp Serviços Brasil	1.109	-
Vip Serviços Odonto Médicos Ltda	1.036	-
Dv Comercial E Serviços Eireli	764	-
Norclean Indústria e Comércio Ltda	429	-
Oi S.A. em Recuperação Judicial	78	-
Golden Tecnologia Ltda	-	655.918
Unimed Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	-	371.556
Demais Fornecedores	-	2.994.258
TOTAL	4.656.586	5.858.499

NOTA 16 — FORNECEDORES A FATURAR

A rubrica “Fornecedores a Faturar” refere-se a obrigações assumidas pela ETICE decorrentes de serviços já prestados por terceiros, cujas respectivas notas fiscais ainda não foram emitidas pelos fornecedores até a data das demonstrações financeiras.

O reconhecimento dessas obrigações é efetuado com base no regime de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados, independentemente da emissão da documentação fiscal, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

Tais serviços estão, em geral, diretamente relacionados às obrigações de desempenho assumidas pela Empresa em seus contratos com clientes, sendo apropriados ao resultado em observância ao princípio da confrontação entre receitas e despesas, em linha com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Como exemplo, a ETICE, de acordo com a Lei do Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação, pode contratar serviços de tecnologia da informação, telecomunicações ou suporte técnico de terceiros para viabilizar a prestação de serviços aos seus clientes. Ainda que a nota fiscal do fornecedor seja emitida em período subsequente, o respectivo custo é reconhecido no período em que o serviço é prestado e utilizado na geração da receita.

Os saldos são mensurados com base nos valores contratuais ou, quando aplicável, em estimativas fundamentadas no estágio de execução dos serviços e em outras informações disponíveis na data de encerramento das demonstrações financeiras. Dessa forma, a mensuração envolve julgamentos da Administração, podendo ocorrer variações quando da emissão das respectivas notas fiscais, cujos efeitos são reconhecidos no resultado do período em que se tornam conhecidos.

A Administração revisa periodicamente tais estimativas, de modo a assegurar que os saldos reflitam adequadamente as obrigações assumidas pela Empresa na data-base das demonstrações financeiras.

FORNECEDORES	2025
Valid Soluções S A	32.310.119,17
Ipq Tecnologia Ltda	25.284.087,45
Golden Tecnologia Ltda	13.342.820,32
Ntsec Soluções Em Teleinformática Ltda	4.371.660,40
Has Engenharia Ltda (Consortio Master Conectado)	4.216.817,02
Teltronic Brasil Ltda	4.070.703,90
Colmeia Soluções em Tecnologia Ltda	3.958.338,83
Ppn Tecnologia e Informática Ltda	3.693.215,08
Claro S.A.	2.808.904,86
Portfolio Consultoria Empresarial Ltda	2.067.899,10

N.C. Serviços Ltda	1.547.273,19
Elogroup Desenvolvimento e Consultoria Ltda	1.500.109,55
Tarea Gerenciamento Ltda	1.479.404,07
Seatic Soluções Especializadas em Automação em TIC Ltda	940.788,11
Db3 Serviços De Telecomunicações S.A.	554.843,74
Lanlink Serviços de Informática S/A	506.120,77
Multintegrada Ltda	487.713,30
Brisanet Serviços de Telecomunicações S.A.	449.526,43
Schneider Electric Brasil Ltda	302.171,42
Energy Telecom Comercio E Serviços Ltda	155.870,17
Gwcloud Tecnologia e Serviços S.A.	108.690,39
Lgpdnow Tratamento e Hospedagem de Dados Ltda	28.760,00
Mj Terceirização e Serviços Ltda	16.837,60
1telecom Serviços de Tecnologia em Internet Ltda	12.500,00
Brfibra Telecomunicações Ltda	12.500,00
FSF Tecnologia S.A	3.332,50
TOTAL	104.231.007,37

NOTA 17 — OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Obrigações Tributárias” refere-se, substancialmente, aos impostos e contribuições correntes a recolher, reconhecidas com base no regime de competência, incluindo: (i) provisões relativas às contribuições ao PIS e à COFINS, ao FUST e ao FUNTTEL, bem como ao ISS e ao ICMS incidentes sobre as receitas auferidas no período; e (ii) valores a recolher decorrentes de tributos retidos na fonte sobre serviços tomados de terceiros, especialmente aqueles apurados no mês de dezembro de 2025.

Essas obrigações são reconhecidas no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente de seu efetivo recolhimento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, sendo mensuradas pelos valores esperados de liquidação junto às autoridades fiscais.

No que se refere às contribuições incidentes sobre a receita, o reconhecimento observa, adicionalmente, os princípios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, no tocante à correta mensuração da base de cálculo. Quanto às retenções na fonte, a Empresa reconhece simultaneamente a despesa correspondente e a obrigação tributária, em linha com a natureza dos serviços tomados.

A Administração acompanha regularmente a apuração e a liquidação dessas obrigações, de forma a assegurar a adequada observância da legislação tributária aplicável.

DESCRIÇÃO	2025	2024
COFINS a Recolher	5.798.393	756.813
PIS a Recolher	1.257.750	163.955
CSRF 5952 a Recolher	907.907	988.207
INSS Retido PJ a Recolher	511.297	1.224.308
CSLLI a Recolher	422.356	-
ISS Retido a Recolher	149.205	325.668
IRRF PJ 1708 a Recolher	128.620	321.624
ISS a Recolher	127.514	32.261
FUNTEL	100.920	98.445
ICMS a Recolher	44.493	-
FUST	28.900	23.950
TOTAL	9.477.355	3.935.230

NOTA 18 — OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A rubrica refere-se às obrigações da ETICE decorrentes da folha de pagamento, compreendendo salários a pagar, encargos sociais e trabalhistas incidentes, Imposto de Renda retido na fonte sobre salários, bem como consignações, incluindo: (i) contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; (ii) valores de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e (iii) valores descontados dos empregados a título de empréstimos consignados.

Tais obrigações são reconhecidas com base no regime de competência, no período em que os serviços são prestados pelos empregados, independentemente de seu efetivo pagamento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Os saldos são apresentados no passivo circulante, exceto quando houver direito incondicional de diferimento por prazo superior a 12 meses, sendo mensurados pelos valores esperados de liquidação.

A Administração acompanha regularmente a apuração e o recolhimento dessas obrigações, assegurando a conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e tributária vigente.

DESCRIÇÃO	2025	2024
IRRF S/ Assalariados a Recolher	1.211.088	1.163.664
INSS a Recolher	949.961	919.600
Salários a Pagar	355.047	539.391
FGTS a Recolher	337.759	344.028
Empréstimo Bradesco	118.799	-
AssETICE	42.063	10.343
Pensão Alimentícia a Pagar	21.806	12.465
Empréstimo Caixa Econômica	17.421	10.000
Empréstimo Banco do Brasil	4.987	-
Contribuição Sindical a Recolher	2.589	-
Empréstimo Konect	1.413	-
Empréstimo Somapay	601	-
Empréstimo Capital Consig	283	-

Fassesc	272	272
Empréstimo Santander	216	-
Iprede	66	-
TOTAL	3.064.371	2.999.764

NOTA 19 — PROVISÕES TRABALHISTAS

A ETICE reconhece provisões para férias e décimo terceiro salário com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data-base das demonstrações financeiras, acrescidos dos respectivos encargos sociais, tais como INSS e FGTS.

O reconhecimento dessas provisões é efetuado com base no regime de competência, considerando o período de prestação de serviços pelos empregados, independentemente do efetivo pagamento, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

As obrigações relacionadas a férias e décimo terceiro salário são classificadas como benefícios de curto prazo a empregados e são reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, com base nos valores esperados de liquidação.

As provisões de férias incluem, além da remuneração base, o adicional constitucional de um terço, sendo apropriadas proporcionalmente ao período aquisitivo dos empregados. A provisão para décimo terceiro salário é reconhecida de forma proporcional ao tempo de serviço prestado no exercício.

Os saldos são classificados no passivo circulante, tendo em vista que sua liquidação ocorre, substancialmente, no curto prazo.

A Administração revisa periodicamente os critérios e premissas adotados na mensuração dessas provisões, de modo a assegurar que os valores registrados reflitam adequadamente as obrigações existentes na data das demonstrações financeiras.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisão para Férias	129.055	639.559
Provisão INSS s/ Férias	39.759	185.350
Provisão FGTS s/ Férias	33.456	76.232
TOTAL	202.269	901.141

NOTA 20 — PASSIVOS CONTINGENTES

A ETICE é parte em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, os quais se encontram em tramitação em diversas instâncias.

As provisões para contingências são constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes desses processos, sendo reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não

formalizada) resultante de eventos passados, cuja saída de recursos seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A mensuração das provisões é realizada com base na melhor estimativa da Administração quanto ao valor necessário para liquidar a obrigação na data das demonstrações financeiras, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e as circunstâncias específicas de cada processo.

As contingências classificadas como de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas em nota explicativa, enquanto aquelas classificadas como de perda remota não requerem provisão nem divulgação, conforme previsto no CPC 25.

Dessa forma, as ações classificadas como de perda provável encontram-se devidamente provisionadas, enquanto aquelas avaliadas como de perda possível são divulgadas para fins de transparência, conforme segue.

PROCESSO	VALOR DA AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0039500-29.2009.5.07.0005	1.591.994,78	Trabalhista	Perda Provável
0001760-75.2025.5.07.0005	303.557,52	Trabalhista	Perda Provável
0148323-72.2018.8.06.0001	89.090,20	Cível	Perda Provável
0847378-83.2014.8.06.0001	62.951,81	Cível	Perda Provável
0001832-19.2012.5.07.0005	30.000,00	Trabalhista	Perda Provável
0001812-47.2025.5.07.0013	22.200,12	Trabalhista	Perda Provável
0200408-67.2024.8.06.0181	8.484,39	Cível	Perda Provável
0273623-05.2022.8.06.0001	1.140,28	Cível	Perda Provável
0241908-76.2021.8.06.0001	272,19	Trabalhista	Perda Provável
TOTAL	2.109.691		

No tocante ao Processo nº 0039500-29.2009.5.07.0005, há sentença condenatória transitada em julgado, que condenou solidariamente a ETICE, o Estado do Ceará e a empresa Request, não havendo mais possibilidade de interposição de recursos. Em razão disso, teve início a fase de liquidação e execução da sentença.

Posteriormente, o Estado do Ceará ajuizou a Ação Rescisória nº 0080035-67.2018.5.07.0000, com o objetivo de desconstituir a decisão judicial anteriormente proferida. Caso a referida ação não prospere, o pagamento do valor atualizado deverá ocorrer por meio do regime de precatórios do Estado do Ceará, nos termos da Lei Estadual nº 18.432/2023. Atualmente, o processo encontra-se em fase de execução.

A ETICE possui, ainda, outros processos judiciais classificados como de perda possível, os quais não foram objeto de provisionamento contábil, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tais processos encontram-se agrupados a seguir, segundo a natureza das ações, para fins de acompanhamento e transparência.

TIPO DA AÇÃO	VALOR DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Cível	33.907.706	Perda Possível
Trabalhista	873.869	Perda Possível
TOTAL	34.781.575	

NOTA 21 — PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício de 2024, houve incorporação de parte da reserva de lucros ao capital social, no montante de R\$ 13.698.706,73, passando o Capital Social da ETICE de R\$ 50.000,00 para R\$ 13.748.706,73, em cumprimento ao artigo 4º da Lei nº 18.539, de 30 de outubro de 2023, e em consonância ao Estatuto Social vigente a época.

De acordo com os §§ 1º e 2º do art. 8º do Estatuto Social vigente:

§ 1º – O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

§ 2º – A proposta de alteração do capital social será proposta pela Diretoria Executiva e encaminhada à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração, acompanhada por parecer do Conselho Fiscal.

No exercício de 2025, a variação do Patrimônio Líquido decorreu da apuração de lucro líquido no montante de R\$ 39.518.894,82, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Ressalta-se ainda, que todas as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido se encontram devidamente evidenciadas na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

NOTA 22 – RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da ETICE no exercício de 2025 totalizou a importância de R\$ 521.553.218,05, enquanto em 2024 a empresa alcançou R\$ 336.116.591,29, representando um aumento de R\$ 185.436.626,76, equivalente a uma variação positiva de aproximadamente 55%.

A receita líquida é composta pelas receitas oriundas das transferências do Estado do Ceará e da prestação de serviços, deduzidas dos impostos incidentes, cancelamentos e abatimentos, sendo reconhecida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas.

O crescimento observado no período decorre, principalmente, da ampliação do volume de serviços prestados, em razão da celebração de novos contratos e do incremento na execução de contratos já existentes, especialmente aqueles iniciados ao longo de 2024, cujos efeitos foram integralmente refletidos ao longo do exercício de 2025.

A Administração acompanha continuamente a evolução das receitas, avaliando os fatores operacionais e contratuais que impactam seu desempenho, de modo a assegurar a adequada mensuração e reconhecimento contábil.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Receita Bruta	548.983.455	354.232.183
Serviços Prestados	494.525.257	301.385.418
Receita Serviços de Conectividade	41.646.707	-
Receita Serviços Nuvem	321.950.387	-
Receita Serviços Videomonitoramento	70.653.038	-
Receita Serviços Voip	6.086.848	-
Receita Serviços Radiocomunicação	54.188.276	-
Transferências do Estado do Ceará	54.458.198	52.846.766
(-) Impostos Incidentes s/ serviços	27.430.237	18.115.592
ICMS S/ Serviços	887.619	778.991
PIS S/ Serviços	6.782.825	1.932.255
COFINS S/ Serviços	31.248.473	8.918.100
ISS S/ Serviços	12.617.591	5.928.776
(-) FUST	392.686	371.647
(-) FUNTTEL	196.343	185.824
(-) Crédito Pis Não Cumulativo	-6.506.490	-
(-) Crédito COFINS Não Cumulativo	-18.188.810	-
RECEITA LÍQUIDA	521.553.218	336.116.591

NOTA 23 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 415.571.299,24 no exercício de 2025, em comparação a R\$ 247.384.683,36 no exercício de 2024, representando um aumento de R\$ 168.186.615,88.

Os custos dos serviços prestados são compostos, majoritariamente, por gastos diretamente relacionados à execução dos serviços contratados, incluindo despesas com fornecedores, mão de obra, encargos sociais, infraestrutura e demais insumos necessários à prestação dos serviços.

O aumento observado no período está alinhado à expansão das operações da ETICE, refletindo o maior volume de serviços prestados, bem como variações na estrutura de custos decorrentes da execução de novos contratos e da ampliação das atividades operacionais.

Importa informar que os custos são reconhecidos no resultado em conformidade com o regime de competência, em observância ao princípio da confrontação entre receitas e despesas, conforme estabelecido no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Administração monitora continuamente a evolução dos custos, com o objetivo de assegurar eficiência operacional e adequada margem nos contratos firmados.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Pessoal e Encargos	9.120.928	8.129.064
Salários e Ordenados	3.440.634	3.425.568
Gratificações	1.818.719	1.739.162
Auxílio Creche	3.024	-
Vale Transporte	1.604	-
Abono Férias	186.993	-
Vantagem Incorporada	2.881	38.143
Abono Compensatório	29.503	-
13º Salário / Férias	1.440.084	889.669
INSS Patronal	1.434.916	1.579.508
FGTS	477.695	457.014
INSS S/ Prov. de Férias e 13º Salário	197.534	-
FGTS S/ Prov. de Férias e 13º Salário	87.341	-
Materiais e Serviços	405.510.617	239.727.260
Aluguéis de Máquinas e Equip.	-	15.829.232
Processamento de Dados	-	101.852.517
Manutenção de Máquinas, Equip.	-	121.317.046
Energia Elétrica	-	348.797
Outros Custos	-	90.182
Serviços de Pesquisas e Desenv.	-	289.484
Custo de Serviço Conectividade	28.652.054	-
Custo de Serviço Voip	3.837.641	-
Custo de Serviço Nuvem	265.946.770	-
Custo de Serviço Videomonitoramento	61.492.756	-
Custo de Serviço Radiocomunicação	43.831.270	-
Custo de Serviço Ceará Conectado	3.306.167	-
(-) Reversão de Custos Operacionais	-1.297.810	-
ICMS s/ Entradas	-258.231	-471.640
Depreciações e Amortizações	939.755	-
Depreciações e Amortizações Técnicas	939.755	-
TOTAL	415.571.299	247.384.683

NOTA 24 — DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 54.572.674,93 no exercício de 2025, em comparação a R\$ 55.903,001,03 no exercício de 2024, representando uma redução de R\$ 1.330.326,10.

Essas despesas compreendem os gastos necessários à manutenção das atividades administrativas e operacionais da ETICE, incluindo, entre outros, despesas com pessoal administrativo, serviços de terceiros, materiais de consumo e demais despesas gerais.

A redução observada no período está associada a medidas de controle e racionalização de custos, bem como a ganhos de eficiência operacional na gestão dos recursos.

As despesas são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência, em conformidade com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

A Administração acompanha continuamente a evolução dessas despesas, buscando a otimização dos gastos e o alinhamento com o nível de atividade da Empresa.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Despesas Gerais	2.055.578	2.262.741
Depreciação e Amortização	781.185	409.018
Energia Elétrica	603.293	562.281
Serviços Gráfico e Publicações Oficiais	505.040	235.608
Telefone e Internet	43.855	1.015.634
Aluguel de Veículos/Transporte	36.888	29.264
Outras Despesas	87.044	89.657
(-) Outras Recuperações de Despesas	-1.727	-78.721
Compra de Materiais Operacionais	94.329	170.482
Compra de Material de Uso e Consumo	101.453	178.528
(-) Devolução de Material de Uso e Consumo	-7.124	-8.046
Despesas com Pessoal	47.864.869	48.828.927
Salários e Ordenados	18.701.766	18.314.413
Encargos Sociais (FGTS/INSS)	10.998.724	10.434.233
Gratificação	10.176.183	9.277.070
Assistência Médica	4.268.358	6.494.156
13º salário / Férias	2.987.862	4.169.773
Vale Alimentação	1.095.751	888.212
Rescisão	303.122	12.454
Abono Ferias	214.250	363.079
Abono Compensatório	153.494	154.764
Diárias e Ajuda de Custo	149.621	125.183
Bolsa Estágio	32.521	97.190
Auxílio Creche	17.241	18.251
Vantagens Incorporadas	16.141	14.943
Vale Transporte	9.256	15.188
Auxílio Funeral	1.559	2.951
(-) Recuperação de Despesas	-1.260.979	-1.552.933
Serviços de Terceiros	3.514.794	3.560.153
Locação de Mão de Obra	2.242.925	2.439.741
Serviços de Segurança e Monitoramento	421.708	596.280
Manutenção e Conservação Bens Imóveis	290.694	-
Assessoria Contábil	158.543	119.704
Passagens Aéreas	84.464	29.403
Serviços de Instrutores de Cursos	62.665	17.600
Eventos	23.700	-
Auditoria	18.400	18.400
Transp. de Resíduo Sólidos / Incineração	15.553	17.940
Despesas Com Transportes - Taxi	12.255	588
Serviços Limpeza e Conservação	5.308	1.400
Serviços de Dedetização	1.740	1.740
Locação de Máquinas e Equip. em Geral	-	317.408
Outros Serviços	176.839	-
(-) Recuperação de Despesas	-	-50
SUBTOTAL	53.529.570	54.822.303
Outras Despesas Operacionais	1.143.157	1.080.698
Provisões para Contingência	369.475	135.027
Outras Despesas	773.682	945.672

SUBTOTAL	1.143.157	1.080.698
Outras Receitas Operacionais	100.052	-
Reversão de contingência	71.114	-
Reversão devedores duvidosos	18.895	-
Outras Receitas	10.043	-
SUBTOTAL	100.052	-
TOTAL	54.572.675	55.903.001

NOTA 25 — RESULTADO FINANCEIRO

a) Despesas Financeiras

DESCRIÇÃO	2025	2024
IOF	24.634	238.879
TOTAL	24.634	238.879

b) Receitas Financeiras

DESCRIÇÃO	2025	2024
Descontos Obtidos	5.346	640
Rendimentos de Aplicações Financeiras	7.167.418	2.324.783
Variações Monetárias Ativas	1.374.435	644.563
TOTAL	8.547.198	2.969.986

NOTA 26 — TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO

A ETICE adota o regime de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com base no lucro real anual, com recolhimentos efetuados por estimativa mensal, sendo facultada a suspensão ou redução do imposto devido mediante a elaboração de balanços ou balancetes intermediários, nos termos da legislação vigente.

As alíquotas aplicáveis são de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder o limite legal, e de 9% para a CSLL.

O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos tributos sobre o lucro observam o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, incluindo, quando aplicável, o registro de ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal.

Adicionalmente, a empresa avalia periodicamente a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Esses ativos são mantidos na medida em que seja provável a geração de resultados suficientes para sua realização, sendo ajustados quando essa expectativa não se confirma, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 27 — EVENTOS SUBSEQUENTES

No período compreendido entre a data de encerramento do exercício de 2025 e a data de divulgação das demonstrações contábeis, bem como do relatório dos auditores independentes, não foram identificados eventos subsequentes que tenham gerado impactos econômicos ou financeiros relevantes para a ETICE.

IV – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores

Acionistas e administradores da

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE

Fortaleza/CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE/CE (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE/CE, em 31 de dezembro de 2025, o

desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências cíveis e trabalhistas

Conforme nota explicativa nº 20, a ETICE é ré no processo trabalhista nº 0039500-29.2009.5.07.0005, cuja expectativa provável está reconhecida em R\$ 1.591.995. A sentença condenatória, que condenou

solidariamente a ETICE, o Estado do Ceará e a Request, transitou em julgado, sem possibilidade de recurso com laudo pericial estimando o valor em R\$ 372.603.682. Na fase processual de execução e liquidação da sentença, o Estado do Ceará ingressou com Ação Rescisória nº 0080035-67.2018.5.07.0000, visando a reversão do julgado. Na avaliação dos assessores jurídicos, o pagamento do valor atualizado será realizado por meio do regime de precatório pelo próprio Estado do Ceará, conforme Lei Estadual nº 18.432/2023, não recaindo sobre a ETICE a responsabilidade de pagamento do valor atualizado estimado pelo laudo pericial. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Repasses do Governo do Estado

Conforme nota explicativa nº 22, a ETICE para ter continuidade às suas operações necessita de recursos periódicos, a título de custeio das despesas e manutenção da Empresa, originados do seu acionista majoritário, Governo do Estado do Ceará. Nesse exercício foram recebidos o valor de R\$ 54.458.198 (R\$ 52.846.766 no ano de 2024). Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Empresa, cuja apresentação é obrigatória para as abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a a continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da a são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da a.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da a. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 22 de abril de 2026.

Emerson Auditores e Consultores S/S

Auditores Independentes

CRC/RN 547/O-8

Felipe da Silva Moreira

Contador

CRC/RN 10940/O-5

V – PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIA

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu à análise do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Financeiras da ETICE, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, considerando, ainda, a apresentação realizada pela Diretoria de Gestão e Finanças a este Comitê.

O CAE registra elogio à qualidade, clareza e consistência das informações apresentadas, que refletem com transparência os resultados alcançados e a evolução institucional da Companhia no período.

Destaca-se o expressivo crescimento da ETICE no exercício de 2025, evidenciado pela expansão da receita, melhoria dos resultados operacionais e pelo lucro líquido apurado de R\$ 39,5 milhões, superior ao exercício anterior, bem como pelo fortalecimento da posição de caixa e do patrimônio líquido. Tais resultados demonstram a solidez financeira da Companhia e sua capacidade de geração de valor.

O Comitê ressalta, ainda, a relevância estratégica da ETICE no apoio à transformação digital do Estado do Ceará, contribuindo para a modernização da gestão pública, ampliação da infraestrutura tecnológica e melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Diante do exposto, o Comitê de Auditoria Estatutário manifesta-se favoravelmente à aprovação do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, recomendando seu encaminhamento ao Conselho de Administração, ao tempo em que parabeniza a Diretoria pelos resultados alcançados e pela evolução consistente da Companhia.

Fortaleza, 23 de abril de 2026.

Antonio Carlos Dias Coelho

Presidente e Membro do CAE

Francisca Maria Maia

Membro do CAE

Victor César da Frota Pinto

Membro do CAE

VI – PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará – ETICE, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A análise abrangeu o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas. O exame fundamentou-se nos documentos elaborados pela empresa de assessoria contábil Controller Auditoria e Assessoria Contábil, bem como no Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Emerson Auditores e Consultores, datado de 22 de abril de 2026.

No tocante à elaboração das demonstrações contábeis, verificou-se, de modo geral, a observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação dos elementos patrimoniais e de resultado.

Com base nas evidências verificadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Empresa, este Conselho manifesta-se pela aprovação das referidas demonstrações, por refletirem adequadamente a posição patrimonial e financeira da ETICE, observando, todavia, as seguintes ressalvas e recomendações:

1. Monitoramento de Passivos Contingentes: Recomendamos que a Administração intensifique o acompanhamento dos processos judiciais e administrativos cujos riscos de perda sejam classificados como "possíveis". Tais contingências, embora não exijam provisão imediata conforme as normas contábeis vigentes, requerem vigilância contínua, dado o potencial impacto futuro no fluxo de caixa da Empresa.
2. Destinação do Resultado: Ressaltamos que a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2025 deve ser objeto de deliberação formal por parte do Conselho de Administração, assegurando que a retenção ou distribuição de reservas observe as diretrizes estatutárias e o planejamento estratégico da empresa.

Diante do exposto, os membros do Conselho Fiscal consideram as Demonstrações Contábeis aptas para apreciação e julgamento Conselho de Administração e pela Assembleia Geral.

Fortaleza/CE, 22 de abril de 2026.

Alexandre Sobreira Cialdini

Conselheiro Titular – Representante da Seplag

José Otacilio de Assis Júnior

Conselheiro Suplente – Representante da CGE

Lana Aguiar de Araújo

Conselheira Titular – Representante da Casa Civil

Luís Fernando Simões da Silva

Conselheiro Titular – Representante da Casa Civil

Luiz Roberto Andrade de Araújo Filho

Conselheiro Titular – Representante da Sefaz